



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E FORMAÇÃO
DOCENTE
MESTRADO EM ENSINO E FORMAÇÃO DOCENTE**

MARIA AURIGELINA COSTA ALVES

**CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS DA
POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA**

**MARANGUAPE-CE
2024**

MARIA AURIGELINA COSTA ALVES

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS DA POLÍTICA
DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DE FORTALEZA

Defesa de Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado em Ensino e Formação Docente, do Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, como requisito para obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Ensino e Formação
Docente

Orientador: Profa. Dra. Simone César da Silva

MARANGUAPE-CE
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Ceará - IFCE
Sistema de Bibliotecas - SIBI
Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/IFCE, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A474c Alves, Maria Aurigelina Costa.
Crise estrutural do capital e educação: perspectivas da política de formação
continuada de professores da rede municipal de ensino de Fortaleza / Maria Aurigelina
Costa Alves. - 2024.
66 f.
- Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Ceará, Mestrado Profissional em
Ensino e Formação Docente, Campus Maranguape, 2024.
Orientação: Profa. Dra. Simone César da Silva.
1. Crise Estrutural do Capital. 2. Formação Continuada de Professores. 3.
Pedagogias do Aprender a Aprender. 4. BNC - Formação Continuada. 5.
Rede Municipal de Fortaleza. I. Título.
-

MARIA AURIGELINA COSTA ALVES

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS DA POLÍTICA
DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DE FORTALEZA

Defesa de Dissertação apresentado ao Curso de Mestrado em Ensino e Formação Docente, do Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, como requisito para obtenção do título de mestre.

Aprovado em: 26 / 01 / 2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Simone Cesar da Silva (Orientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE

Prof. Dr. Fabiano Geraldo Barbosa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE

Profa. Dra. Adele Cristina Braga Araújo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE

À minha mãe, por todos os esforços a mim dedicados.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela minha saúde, por alimentar minha fé todos os dias. Por estar sempre ao meu lado, nas minhas orações, nas minhas preces, me protegendo, iluminando as minhas decisões nos momentos difíceis ao longo dessa caminhada da vida.

A minha mãe, Luiza e ao meu pai, Francisco (este em memória), que embora com pouca escolaridade, mas com muita sabedoria, me encaminharam para a escola, sempre acreditando que a educação escolar poderia me oferecer um futuro melhor. Aos meus irmãos, Aurigélia e Areilson, pelo apoio a mim dedicados.

Ao meu esposo, Martim, a quem dedico um sentimento oceânico e sou infinitamente agradecida por todos os momentos de apoio, de paciência e de perseverança durante toda a minha trajetória de lutas e conquistas. Aos meus filhos, Analice e Bruno, que me desafiam todos os dias a ser uma versão melhor de mim.

A Profa. Dra. Simone César da Silva, pelo acolhimento, por toda serenidade transmitida e pela motivação durante nossos encontros de orientação. Sua ampla experiência profissional trouxe contribuições valiosas para o desenvolvimento da minha trajetória de professora pesquisadora. A quem eu dedico uma admiração e gratidão profundas por todo conhecimento compartilhado.

Em especial, ao Prof. Dr. Antônio Felipe Aragão dos Santos, por todos os conhecimentos compartilhados durante essa minha trajetória de professora pesquisadora. Aos professores do Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente da UNILAB-IFCE, pelas inúmeras contribuições para minha formação. Sou imensamente grata por todo acolhimento, pelo esforço, paciência e pelos conhecimentos transmitidos durante as aulas.

Aos meus amigos, que de forma direta e indireta contribuíram e torceram por mim durante essa minha conquista profissional. Aos colegas do Curso de Mestrado em Ensino e Formação Docente da UNILAB-IFCE que tive o prazer de conhecê-los e compartilhar momentos de aprendizado e trocas de experiências.

“Elevar a prática educativa desenvolvida pelos educadores brasileiros do nível do senso comum a consciência filosófica” (SAVIANI, 2013, p. 2).

RESUMO

A presente pesquisa trata de investigar a política de formação continuada de professores da rede Municipal de Ensino de Fortaleza, no sentido de perceber quais concepções pedagógicas fundamentam essa política de formação continuada. E qual a relação entre essa política de formação continuada de professores e o atual estágio de crise estrutural do capital. Nesse sentido, apresentamos como objetivo geral analisar, à luz das contribuições de István Mészáros, quais os impactos da crise estrutural do capital no campo da educação, especificamente no campo da formação docente. Apontamos como objetivos específicos: a) caracterizar a dimensão da crise estrutural do capital; b) discutir as influências das pedagogias do “aprender a aprender”, c) identificar as concepções pedagógicas no documento norteador das formações continuadas ofertadas aos professores da rede Municipal de Fortaleza; d) elaborar um produto educacional em formato de *e-book* acerca das concepções das pedagogias do “aprender a aprender” e suas influências nas formações continuadas dos professores. Para tanto, selecionamos como perspectiva teórico metodológica o materialismo histórico-dialético, na sua sistematização ontológica. Adotamos a pesquisa teórico bibliográfica como mecanismo metodológico de delineamento da crise estrutural do capital e das pedagogias do “aprender a aprender”, tomando como base os estudos de István Mészáros e Newton Duarte, respectivamente. Também fizemos uso da pesquisa documental ao analisar as concepções pedagógicas que fundamentam as políticas de formação continuada de professores no Município de Fortaleza, no documento Orientações Gerais para o Desenvolvimento do Trabalho Pedagógico no ensino fundamental 2023. Como achados dessa pesquisa podemos evidenciar que: o capital se apropria do discurso educacional como mecanismo ideológico para legitimar seus interesses; as políticas educacionais de formação docente de âmbito nacional e do Município de Fortaleza são fortemente influenciadas pelas pedagogias do “aprender a aprender”, destacando a importância de uma análise crítica sobre as concepções pedagógicas adotadas nos documentos que norteiam as formações continuadas ofertadas aos professores. Esperamos assim, que esta pesquisa e o produto educacional possam contribuir para ampliar a consciência filosófica dos educadores, fortalecendo a construção de uma prática pedagógica crítica e situada socialmente, traçando caminhos para uma educação emancipadora do ser humano.

Palavras-chave: Crise Estrutural do Capital. Formação Continuada de Professores. Pedagogias do aprender a aprender. BNC-Formação Continuada. Rede Municipal de Fortaleza.

ABSTRACT

This research aims to investigate the policy of continuing teacher training in the Fortaleza municipal education system, in order to understand which pedagogical concepts underpin this policy. And what the relationship is between this policy of continuing teacher training and the current stage of capital's structural crisis. In this sense, our general objective is to analyze, in the light of the contributions of István Mészáros, the impacts of the structural crisis of capital in the field of education, specifically in the field of teacher training. Our specific objectives are a) to characterize the dimension of the structural crisis of capital; b) to discuss the influences of the pedagogies of "learning to learn", c) to identify the pedagogical conceptions in the guiding document of the continuing training offered to the teachers of the Municipal network of Fortaleza; d) to elaborate an educational product in e-book format about the conceptions of the pedagogies of "learning to learn" and their influences on the continuing training of teachers To this end, we selected historical-dialectical materialism, in its ontological systematization, as our theoretical methodological perspective. We adopted theoretical and bibliographical research as a methodological mechanism for outlining the structural crisis of capital and the pedagogies of "learning to learn", based on the studies of István Mészáros and Newton Duarte, respectively. We also used documentary research to analyze the pedagogical concepts that underpin the policies for continuing teacher training in the Municipality of Fortaleza, in the document General Guidelines for the Development of Pedagogical Work in Primary Education 2023. The findings of this research show that: capital appropriates educational discourse as an ideological mechanism to legitimize its interests; the educational policies for teacher training at national level and in the Municipality of Fortaleza are strongly influenced by the pedagogies of "learning to learn", highlighting the importance of a critical analysis of the pedagogical concepts adopted in the documents that guide the continuing training offered to teachers. We therefore hope that this research and the educational product can contribute to broadening the philosophical awareness of educators, strengthening the construction of a critical and socially situated pedagogical practice, tracing paths towards an emancipatory education for human beings.

Keywords: Structural Crisis of Capital. Continuing Teacher Education. Pedagogies of learning to learn. BNC-Continuing Education. Fortaleza Municipal Network.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
2.	CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO ..	18
2.1	Novidade histórica da crise estrutural do capital	18
2.2	Estado e reestruturação produtiva.....	34
3	NEOLIBERALISMO E TEORIAS DA EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES NO CAMPO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	39
3.1	As pedagogias do “aprender a aprender” e suas implicações no campo da formação docente.....	39
3.2	BNC- Formação Continuada: consolidação das pedagogias do “aprender a aprender”	51
3.3	A política de formação continuada de professores do município de Fortaleza: uma análise crítica das “Orientações Gerais para o Desenvolvimento do Trabalho Pedagógico no ensino fundamental 2023”	55
4	APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
6	REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Mészáros (2011b)), o sistema de controle do capital atingiu a maior crise da sua história. E não se trata de uma crise periódica, mais uma crise estrutural do próprio sistema do capital. Diante disso, o capital lança meios para continuar mantendo a sujeição da humanidade a sua lógica destrutiva. Um dos meios ao qual o capital se utiliza para impor a sua lógica de subserviência aos seus interesses é o campo educacional, terreno fértil, ideal para o capital legitimar seus interesses camuflados por intermédio do discurso educacional que permeiam as políticas educacionais vigentes.

Dentre essas políticas educacionais, temos a recente aprovação da Resolução do CNE/CP N° 1 de 27 de outubro de 2020. Documento esse que dispõem sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

As presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, articuladamente com a (BNC-Formação Continuada), têm como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e a Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, e da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. (BRASIL, 2020).

A BNC- Formação Continuada é constituída na sua composição principal por competências profissionais. Essas competências, dividem-se em três eixos profissionais que se entrelaçam e se complementam. São os eixos do conhecimento profissional, a que correspondem as metodologias de ensino, o eixo da prática profissional, que correspondem aos processos de aprendizagens e ao eixo do engajamento profissional, que correspondem a organização política da educação. Todos esses eixos são compostos por habilidades, as quais os professores devem desenvolver para garantir a assimilação das competências gerais.

Diante desse novo documento norteador das práticas pedagógicas docentes, as formações continuadas dos professores estão passando por processos de mudanças, visando

uma adaptação dos professores as novas exigências de competências e habilidades estabelecidas por esse novo projeto educacional.

Com a implantação desse novo documento norteador da política de formação docente os Estados e os Municípios vêm nos últimos anos dando uma importância muito grande a formação continuada dos professores, no intuito de garantir o aperfeiçoamento desses profissionais, com base na assimilação dessas novas competências e habilidades recém-chegadas ao campo educacional.

Essa importância que vem sendo dada a formação continuada dos professores, de certo modo, reflete de alguma maneira as lacunas existentes na formação inicial, muitas dessas lacunas são até compreensíveis, visto que o professor não tem como contemplar toda a complexidade da prática docente em quatro anos de formação inicial. Considerando as novas exigências de assimilação de habilidades e competências, conseqüentemente, surge a necessidade de haver formações continuadas para contemplar a Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC).

Dessas formações continuadas, temos aquelas que ocorrem dentro do espaço da escola, com a participação ativa de coordenadores pedagógicos, professores e gestores. E as formações que são ofertadas pelas próprias redes de ensino, essas por sua vez, já têm uma dimensão maior, por isso apresentam um viés de padronização maior. Quanto mais abrangente for uma formação, ou seja, se ela for adotada por uma rede de ensino, vai ter um viés de padronização em que será ofertada a mesma formação para todos os professores da rede. Agora, uma formação ofertada a nível de escola se trata de uma formação mais específica para aquele contexto em especial.

No âmbito específico da rede municipal de ensino de Fortaleza, essa prática de formação continuada está se desenvolvendo, orientada pelo documento intitulado “Orientações Gerais para o Desenvolvimento do Trabalho Pedagógico do ensino fundamental 2023”. Documento esse, que tem como objetivos nortear, subsidiar e qualificar as ações pedagógicas dos professores do público do ensino fundamental.

Vale ressaltar, que a presente pesquisa representa a concretização de um projeto pessoal almejado em outrora, mas que devido as circunstâncias objetivas da época não pode ser concretizado. No ano de 2008, quando ainda era estudante de graduação do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará (UFC) cursava a disciplina Estágio Supervisionado. Na época, a professora precisou dividir a turma com outra professora devido as questões de concepções de linhas de pesquisas. Na época, a professora Jackeline Rabelo disse para a turma

que a disciplina iria ser dividida entre os alunos que queriam seguir a linha de estudos da pedagogia dos projetos com outra professora e entre os alunos que queriam seguir a linha de estudos do marxismo e lutas de classes, ao qual ela fazia parte.

Na época, não tinha ideia de qual linha de pesquisa seguir, desconhecia as duas. No entanto, fui levada, talvez, pela minha rebeldia dos meus anos de juventude a escolher a linha marxismo e lutas de classes, porque me pareceu algo mais revolucionário. Assim, cursando a disciplina na perspectiva da linha de pesquisa marxismo e lutas de classes fui apresentada aos textos de Mészáros, cheguei a concorrer a uma bolsa de pesquisa, porém não fui aprovada devido ao número mínimo de vagas que, na época, era só uma. No entanto, mesmo não sendo escolhida como bolsista, fui convidada pela referida professora a assistir como ouvinte às aulas do grupo de pesquisa e me aproximar mais dos estudos marxistas. Lembro que frequentei algumas reuniões na referida Universidade Estadual do Ceará (UECE). Entretanto, fui obrigada pelas condições da época a fazer escolhas, escolhas essas que me afastaram do grupo de estudos para trabalhar e me manter na Universidade. Portanto, a presente pesquisa me permitiu retomar um projeto pessoal que já vinha se fazendo presente na minha caminhada.

Tenho interesse nos estudos marxistas voltados para o campo educacional, e um estudo como este contribuiu para minha própria formação enquanto pesquisadora e professora da rede municipal de ensino de Fortaleza. Trata-se de um projeto que vem se fazendo presente no meu percurso, além de possibilitar uma visão historicizada e crítica da realidade, contribuindo assim, para objetivação de uma prática pedagógica consciente e centrada na busca da transformação da realidade social.

Essa pesquisa contribuirá para o âmbito social, à medida que auxiliará na formação de sujeitos críticos que compreendam o contexto social ao qual estejam inseridos como algo para além do cotidiano imediato. Ademais, é uma pesquisa que se refletirá na prática em sala de aula do professor, fortalecendo a construção de uma prática mediada por uma teoria crítica em que perceba o professor como um sujeito concreto que possui necessidades de conhecimentos para além da sua imediatividade prática.

Dessa forma, propõe-se a contribuir para o campo das pesquisas voltadas para o ensino, especificamente, para a formação de professores destacando assim, a importância de se analisar que concepção de educação são adotadas nos documentos que norteiam as formações continuadas dos professores. Identificando assim, as lacunas existentes nessas formações e contribuindo para pesquisas voltadas na área. Poderá unir forças para as pesquisas existentes

contrárias às pesquisas hegemônicas no campo da educação que visam formar sujeitos adaptados e passivos diante dos problemas educacionais vigentes, além de contribuir para os estudos científicos comprometidos com a criação de uma nova sociedade.

Nesse sentido, diante desse contexto de formações continuadas surge algumas perguntas: que concepção de educação, concepção de ensino, concepção de pedagogia é adotada nas formações que são ofertadas pela rede Municipal de Fortaleza aos professores da Educação Básica? Que tipo de formação elas trazem para os professores? É uma formação crítica? Ou seja, uma formação que leve o professor a refletir sobre o seu papel na educação das futuras gerações? Ou se trata de uma formação acrítica, que não aprofunda a importância do conhecimento teórico, como forma de mediar uma prática educativa comprometida com a transformação da sociedade? Que perfil profissional busca formar por meio das formações continuadas ofertadas aos professores? É fazer com que os professores pensem de forma crítica ou fazer com que eles só reproduzam de forma acrítica a formação recebida?

Diante dessas indagações, o objeto geral da pesquisa se apresenta do seguinte modo: identificar segundo Mészáros (2011b) quais os impactos da crise estrutural do capital no campo da educação? especificamente no campo da formação docente. Sendo os objetivos específicos: a) identificar as características da crise estrutural do capital; b) discutir as influências das pedagogias do “aprender a aprender” na formação continuada dos professores; c) identificar as concepções presentes no documento norteador das formações continuadas ofertadas aos professores da rede municipal de ensino de Fortaleza; f) elaborar e desenvolver um produto educacional que possa contribuir para oferecer aos professores um estudo crítico sobre a relação entre a crise estrutural do capital e as concepções pedagógicas “das pedagogias do aprender a aprender”.

Tudo isso, com um posicionamento claramente crítico, que não é neutro, visando contribuir para elevar a consciência filosófica dos professores e desenvolver uma prática pedagógica crítica, socialmente situada, que venha se contrapor as pedagogias hegemônicas do sistema do capital que permeiam o universo das formações continuadas dos professores.

Para desenvolver essa pesquisa, fizemos um percurso metodológico com base nos fundamentos do materialismo histórico-dialético. Que segundo Tonet (2013), nos permitiu produzir um conhecimento verdadeiro a partir da compreensão da realidade concreta, sua natureza, origem, função social e das determinações que a realidade concreta impõe aos indivíduos, possibilitando a produção de um conhecimento verdadeiro que sirva de suporte para

empoderar a classe trabalhadora na luta hegemônica por uma nova forma societal, objetivando assim, superar o modelo de divisão de classes com vista a igualdade substantiva do indivíduo.

Para Tonet (2013), o padrão marxiano do materialismo histórico-dialético, trata-se do padrão científico filosófico mais elevado que a humanidade já produziu, em que permite apreender as múltiplas determinações do objeto, a totalidade do objeto, compreender a realidade concreta. Essa compreensão é absolutamente fundamental para que a classe trabalhadora possa compreender o mundo, o que está acontecendo nele e possa sustentar de maneira sólida e racional a possibilidade de uma revolução que mude radicalmente o universo, orientada por ações no sentido de uma transformação radical da realidade ao qual estamos inseridos.

Segundo Netto (2011), o princípio metodológico fundamental da teoria de Marx aponta como caminho para chegar ao conhecimento verdadeiro, a compreensão do mais desenvolvido, do mais complexo, para se chegar à compreensão do menos desenvolvido, do menos complexo. Portanto, para conhecer o objeto investigado é preciso apreender a totalidade ao qual o objeto está inserido, apreender toda a riqueza do objeto, ou seja, o sujeito tem um papel ativo na pesquisa, mas quem comanda a pesquisa é o objeto.

Segue-se aqui, a linha da teoria da pedagogia histórico-crítica, que tem como fundamentação filosófica o materialismo histórico-dialético de inspiração marxista desenvolvida por Saviani (2021d), que busca entender os aspectos sociais a partir dos aspectos materiais, busca compreender as relações sociais, a educação, a cultura a partir de uma estrutura mais profunda, que seria o próprio modo de produção de uma sociedade.

O materialismo histórico-dialético permite compreender um determinado fenômeno a partir de uma determinada realidade material onde se deu aquele fenômeno. Portanto, para se conceber a educação de uma sociedade é necessário compreendê-la como se reproduz, ou seja, como produz seus bens materiais e como fundamentam as suas relações sociais.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa de cunho teórico bibliográfico com análise documental, por meio de uma investigação de referenciais teóricos já analisadas para abordar a temática sobre a crise estrutural do capital e seu impacto no campo da educação, especificamente, no campo da formação docente, fundamentada em Mészáros (2011b), Antunes (2009), Saviani (2021d), Duarte (2008), Tonet (2013), Netto (2011), dentre outras referências.

Segundo Lüdke e André (2020), o professor deve ser um profissional pesquisador, ou seja, a pesquisa deve estar presente no seu cotidiano como um instrumento de enriquecimento

da sua prática. O professor pesquisador é um profissional que está sempre refletindo e ressignificando a sua prática conforme os pressupostos que orientam a sua abordagem de perceber o mundo.

Para melhor discutir e referenciar a presente pesquisa, assumindo tal direcionamento, a estrutura dessa investigação se apresenta em dois capítulos, a saber: o primeiro capítulo percorremos uma análise sobre a crise estrutural do capital, sua passagem de crises periódicas para crise estrutural, conhecendo o funcionamento do sistema sociometabólico do capital, sua crise estrutural, o papel do Estado na reestruturação do capital e a busca do capital por alternativas para superar a crise. O capital se mostra incontrollável e para superar a sua crise estrutural se faz necessário um projeto revolucionário para além dele e que o supere, pois não há saída para a crise estrutural dentro da ordem vigente. O caminho para a classe trabalhadora superar a crise estrutural do capital apontada por Mészáros (2011a) seria um caminho fora da ordem vigente, com a adoção de uma teoria revolucionária, que permita a classe trabalhadora lutar pela superação do capitalismo e percorrer um projeto de construção de uma nova ordem societal comunal.

O segundo capítulo traz uma discussão sobre as pedagogias do “aprender a aprender” e suas implicações nas políticas de formações continuadas dos professores da educação básica, traçando uma análise crítica sobre as implicações dessas pedagogias neoliberais para a formação continuada dos professores. Como o discurso neoliberal vem se apropriando do discurso educacional por intermédios dessas correntes pedagógicas adaptativas, voltadas exclusivamente para a criação de sujeitos adaptados à ordem social vigente. Além de tecer uma análise crítica da política de formação continuada dos professores do município de Fortaleza, especificamente do documento intitulado “Orientações Gerais para o Desenvolvimento do Trabalho Pedagógico do ensino fundamental 2023”.

Diante do exposto, este estudo poderá contribuir para favorecer as discussões no campo da formação continuada de professores, possibilitando assim a construção de uma formação continuada crítica e situada socialmente que favoreça aos professores o desenvolvimento de uma prática pedagógica de análise crítica dos impactos da crise estrutural do capital no campo da educação, especificamente, no campo da formação continuada de professores. Além de possibilitar um estudo teórico sobre as principais concepções que estruturam as pedagogias do “aprender a aprender” e suas implicações nas políticas de formação continuada dos professores. Tomando como referencial de análise para essas pedagogias, os pressupostos da teoria da Pedagogia Histórico-Crítica, com base nos estudos desenvolvidos por Demerval Saviani e

Newton Duarte. Um estudo comprometido com a verdade em que perceba o professor como um sujeito concreto, favorecendo uma formação continuada pautada em conhecimentos científicos, visando elevar a sua consciência de classe do nível do senso comum à consciência filosófica.

2 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

“Tudo que parecia sólido se liquefaz, encontrando-se o capitalismo em forte processo de liquefação” (MÉSZÁROS, 2011, p.11)

Mészáros (2011b), tece uma crítica devastadora ao socio metabolismo do capital. Segundo o autor, o capital vem vivendo uma crise muito séria, não se trata de crises esporádicas, como aquelas ocorridas no passado, mas sim, de uma crise desastrosa, na qual levará a humanidade a beira do colapso. Essa mesma crise também vem sendo negligenciada à medida em que se alastra sua profundidade. A crise que o capital está vivendo não se vislumbra solução simples no horizonte.

Não se fala de pessimismo exagerado, mas uma verificação ontológica da própria realidade. Basta olharmos para a crescente destruição do meio ambiente e seus recursos naturais vitais para nossa existência. Certamente, sem natureza e sem seus recursos naturais vitais não existirá humanidade. Estudiosos importantes e das mais variadas tendências vêm fazendo essa alerta para o mundo, dentre os mais importantes, trago no decorrer desta discussão, os estudos de Mészáros (2011a) sobre a crise estrutural do Capital e algumas de suas inúmeras consequências para a existência da humanidade, principalmente no aspecto do campo educacional.

2.1 Novidade histórica na crise estrutural do capital

Conforme Mészáros (2011b), ao contrário das crises ocorridas em épocas anteriores a Segunda Guerra mundial, em que elas detinham um caráter de crises periódicas, pois apresentavam intervalos entre uma crise e outra e permitia ao capital encontrar soluções dentro da ordem vigente saindo dessas crises periódicas ainda mais forte. No entanto, as crises foram se aproximando cada vez mais uma da outra, de tal forma que se tornaram uma única crise de caráter permanente.

As crises capitalistas aparentes tinham um caráter de transição, logo passaram a se transformar em crises permanentes, dificultando cada vez mais o capital de encontrar soluções para sair dessas crises como ocorrera em outrora. A partir da metade do século XX, as crises permanentes passaram a assumir um novo caráter, o caráter de crise estrutural do capital.

Em função do expansionismo, característica principal do capital no sistema capitalista, que busca de forma desenfreada, desmedida e incontrolável a produção crescente de valores, por meio do mais valor, através da mais valia. Esse caráter incontrolável do capital transformou as crises periódicas em crises permanentes, dando origem assim, a crise estrutural do capital e suas consequências desastrosas para a humanidade. Afirma Mészáros:

A grave crise em curso de nossa época histórica é estrutural no sentido preciso de não poder ser superada nem mesmo com os muitos trilhões das operações de resgate dos Estados capitalistas. Assim, a cada vez mais profunda crise estrutural do sistema combinada ao fracasso comprovado de medidas paliativas sob a forma de aventureirismo militar em uma escala inimaginável torna o perigo de autodestruição da humanidade ainda maior do que antes. (MÉSZÁROS, 2011, p. 137).

De acordo com Mészáros (2011b), a sociedade vive um período histórico de crise do capital sem precedentes e essa crise não atinge somente ao capitalismo, mas todas as formas do sistema. Para o autor, capital e capitalismo são entendidos como fenômenos distintos. Sendo o capitalismo uma das suas variantes históricas, ou seja, uma das várias formas possíveis de realização do capital.

Conforme Tonet (2013), assim como Mészáros (2011b) defende que o capitalismo é uma das variantes histórias do capital. O capitalismo é o conjunto - econômico, político, social, ideológico - que tem como base o capital e constitui o modo de produção capitalista. Ele começou no interior do Sistema Feudal e explodiu no século XIX com a Revolução Industrial e as Revoluções Burguesas. O capital resulta da expropriação do trabalho assalariado, no decorrer da mais-valia e se constitui como base do modo de produção do sistema capitalista.

Desse modo, ele existia antes do sistema produtor de mercadorias como, por exemplo, o capital mercantil, do mesmo modo pode existir a sua continuidade após o fim do capitalismo. Segundo Mészáros (2011b), o capital antecede ao capitalismo e poderá ter sua vigência em outras formas de sociedades para além do capitalismo.

Diante dessa crise estrutural do sistema do capital, que não data de agora, mas há tempos vem sendo apontada por Mészáros (2011b) e outros socialistas dotados de uma percepção de

longo prazo. Daí, surge a necessidade urgente de uma proposta que venha operar como uma alternativa socialista radical a esse modo de controle sociometabólico, entendido aqui, como o complexo que é caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho que subordina suas funções vitais ao capital.

O capital funciona como um sistema de relação social, um sistema sociometabólico. Enquanto relação social, o capital determina que o mundo dos produtores, dos trabalhadores seja subjugado pelo mundo da produção, das mercadorias produzidas, atribuindo assim, aos trabalhadores, uma posição subalterna no desenvolvimento do trabalho.

Dessa forma, a crise do capital tem várias dimensões, que vai desde a crise social, financeira, política, energética, ambiental, entre outras, até uma crise moral de todo o sistema. A crise estrutural do capital que se instaura, abala toda a forma de ser e de viver dos indivíduos, acarretando consequências catastróficas para a humanidade, sem que se vislumbre uma saída dentro da ordem vigente.

Como o capital é movido pela acumulação e expansão, a crise estrutural surge, principalmente, pela dificuldade que o capitalismo vai encontrar em impulsionar a acumulação de capital. A economia mundial se encontra em letargia, perdendo seu dinamismo, apresentando uma evidente dificuldade de reproduzir de maneira ampliada. Em suas palavras: “o poder do capital, em suas várias formas de manifestação, embora longe de ser esgotado, não mais consegue se expandir.” (MÉSZÁROS ,2021, p. 57).

Sendo assim, a crise estrutural do capital afeta toda a população global. Entretanto, apresenta efeitos desiguais em termos territoriais e nas classes sociais. Nas classes sociais, o efeito da crise é mais evidente. A crise estrutural provocou uma concentração maior de riqueza, um lucro extraordinário, que se contrapõe com o rebaixamento sistemático do nível tradicional da qualidade de vida dos trabalhadores.

Em termos regionais, a crise estrutural também apresenta um aspecto desigual entre as regiões. Países desenvolvidos sofreram e sofrem os efeitos da crise de forma mais branda, mas devagar. Em contrapartida, os países subdesenvolvidos são os mais prejudicados e assolados pelos efeitos dessa crise. É como se o sofrimento dos países subdesenvolvidos tivesse o papel de abrandar a crise nos países desenvolvidos.

O contexto da crise estrutural do capital, ou seja, o que provoca a crise estrutural do capital, é de acordo com Mézáros (2011b) a tendência decrescente da taxa de lucro. As

contradições entre desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, logo estamos num capitalismo em descenso. O capitalismo teve sua gênese e desenvolvimento, mas há décadas o capitalismo se encontra na sua fase descendente, ou seja, um capitalismo em decadência. No entanto, segundo Mészáros (2011b), isso não quer dizer que o capitalismo irá sucumbir, pois o sistema capitalista é capaz de acabar com a humanidade, mas não acaba consigo.

O capitalismo em decadência, de acordo com Mészáros (2011b), significa um capitalismo que acumula capital, rebaixa sistematicamente o modo de vida da classe trabalhadora e aprofunda a crise ecológica. O movimento da crise evidencia que se trata do capitalismo da catástrofe, do abismo e da barbárie.

Para Mészáros (2011b), o movimento da crise vai provar que se trata de um capitalismo que tampa um buraco aprofundando, um buraco maior ainda, ou seja, o capitalismo não assume a responsabilidade pela crise e não consegue resolver suas contradições sem intensificá-las em seguida.

De acordo com Mészáros (2011b), a crise estrutural do capital se caracteriza pelo excedente absoluto de capital. Trata-se da mais valia que foi extraída da classe trabalhadora e não mais consegue voltar a produção, não consegue se valorizar, gerar lucro. Isso devido à tendência de baixa da taxa de lucro. Estamos tratando aqui de um capitalismo monopolizado, global, das grandes corporações que dispõem de uma capacidade gigantesca de criar e explorar mais valia imensa, gerando um monumental excedente de capital.

A desvalorização do capital ocorre de algumas maneiras. Uma delas é a enorme discrepância da capacidade produtiva instalada e a capacidade de consumo da sociedade. O capitalismo tem uma capacidade de produção muito superior a capacidade de consumo dos indivíduos. Portanto, o capital produtivo gera um capital excedente e esse capital não consegue se valorizar, ou seja, gerar lucro para o sistema.

O desdobramento da crise, vem mostrando que a administração da crise vem sendo feita dentro da ordem vigente, a partir do interesse do grande capital. O capital não assume a responsabilidade pela crise e vem empurrando o ônus da crise para a classe trabalhadora e para o pequeno capital. No entanto, a classe trabalhadora vem sendo esmagada pela crise com as políticas de arrocho fiscal, retiradas de direitos dos trabalhadores e a precarização do trabalho.

Diante disso, é comum nos depararmos com esse tipo de afirmação, de que “não há alternativa” para essa situação. Certamente, não se trata aqui do discurso defendido por Mészáros (2011b), e tampouco se trata de um discurso de quem se apresenta como socialista, visto que a perspectiva socialista busca por uma alternativa socialista como forma de transição para se chegar ao comunismo.

Para muitos, essa situação é inalterável, pois o capital já se encontra expandido por toda parte. Aqueles que tomam decisões por nós, principalmente decisões de caráter político, trazem essa ideia de que não há o que fazer, era a única decisão a ser tomada, uma vez que não havia outra alternativa.

Mészáros (2011, p. 37) afirma que “[...] esta impressão de fatal inalterabilidade parece ser reforçada por um dos slogans políticos mais frequentemente repetidos pelos que tomam as decisões por nós como justificativa de suas ações: não há alternativa.”

Entretanto, há uma incoerência muito grande nesse discurso proferido pelos políticos, principalmente porque estes se mostram como indivíduos capazes de mudar a realidade, principalmente em épocas eleitorais, porque esse discurso de que “não há alternativa” Mészáros (2011b, p. 37) afirma “como entender esse discurso da política como a busca do possível socialmente confiável, se a viabilidade de qualquer alternativa aos imperativos da ordem vigente está a priori excluída por ser impossível?”

Desse modo, podemos destacar aqui uma contradição muito grande. O discurso político se mostra totalmente contraditório na sua prática. Não há criticidade, e as decisões tomadas prevalecem o discurso irracionalista que favorece o capital, ou seja, “que não há alternativa”.

O que falta a classe política é o que segundo Konder (2014) podemos chamar de ausência de pensamento crítico dialético. Konder (2014, p.43) afirma que “o irracionalismo desestimula o ser humano a realizar o paciente esforço de ir além da aparência, em busca da essência dos fenômenos.”

Dessa forma, podemos entender que o discurso político é muito superficial, vago de conhecimento mediado, trata de um discurso centrado na lógica do capital, nas aparências, não se permite conhecer as múltiplas determinações que compõem essa realidade, não busca conhecer a raiz do problema. Logo, procura-se o discurso de menor resistência, e as decisões são tomadas utilizando dessa afirmativa de que “não há alternativa”.

Portanto, podemos afirmar que a partir do momento que você prega que “não há alternativa” para os problemas vigentes do capital ao qual estamos inseridos, você pode ser considerado como qualquer coisa, menos como um socialista. Esse discurso de que “não há alternativa” é totalmente contrário a filosofia socialista.

Mészáros (2011b, p.40) afirma que “ao adotar a ideia de que “não há alternativa” como justificativas para suas políticas, os que se dizem socialistas deixam de ter qualquer coisa a ver com o socialismo, pois o projeto socialista foi desde o início definido como alternativa a ordem social estabelecida.”

Segundo Mészáros (2011b) os políticos adeptos da filosofia socialista, que atuavam nas lulas pela defesa da classe trabalhadora foram pouco a pouco se rendendo a ordem social vigente, atraídos por possíveis concessões ou recompensas que o sistema poderia oferecer, suas críticas ao sistema que antes eram fervorosas, vão cedendo espaço para críticas superficiais. Esse enfraquecimento por parte dos partidos socialistas permitiu ao capital estratégias de defesa contra as próprias propostas socialistas.

Diante dessa crise histórica anunciada. Mészáros (2011b), defende a necessidade de uma reavaliação crítica do passado. O autor terce alguns questionamentos. No que a esquerda errou? No que aqueles que se diziam revolucionários e que se propunham a trazer uma perspectiva socialista, como uma ponte para se chegar ao comunismo que seja socialismo errou? O que foi que deu errado no passado?

Diante disso, percebemos a importância de ser realizada essa auto crítica. Mészáros (2011b), sugere que muitos façam essa auto crítica. É necessário examinar o que deu errado na esquerda e se colocar a altura das expectativas que segundo ele já haviam sido anunciadas por Marx de forma otimista já em 1847, quando vislumbrava o momento da “associação” sindical e do consequente desenvolvimento da classe dos trabalhadores, que se daria de forma paralela ao desenvolvimento industrial nos diversos países socialistas.

Mészáros (2011b), tece algumas críticas aos instrumentos políticos de mediação existentes, como por exemplo, os sindicatos e os partidos políticos. A transferência de poder de decisão do movimento operário para o movimento sindical, e a aproximação dos sindicatos com a classe empresarial, mesmo que seja no intuito de obter algumas concessões para a classe operária, se trata de uma tentativa equivocada de reformar o sistema sociometabólico do capital.

Percorrer o caminho de menor resistência nunca será a saída para a classe trabalhadora. As propostas de reformas dentro do sistema sociometabólico do capital não condizem com um posicionamento de esquerdas revolucionárias. Ao contrário, são as chamadas esquerdas não revolucionárias que propõem mudanças dentro da ordem vigente, como se o sistema do capital pudesse ser reformado. Afirma Mészáros:

[...]qualquer tentativa de superar esse sistema sociometabólico que siga a *linha de menor resistência do capital*, que se restrinja a esfera *institucional e parlamentar*, está fadada à derrota. Em contrapartida, apenas uma política radical e extraparlamentar reorientando radicalmente a estrutura econômica poderá ser capaz de destruir o sistema de domínio social e sua lógica destrutiva. (MÉSZÁROS, 2011, p.16).

Por esse prisma, para Mészáros (2011b), as entidades sindicais são movimentos sociais, que funcionam como instrumentos defensivos que lutam dentro da ordem social e não contra a ordem social. Entidades sindicais devem ser superadas, pois não será por intermédio delas que os trabalhadores vão alcançar a emancipação humana.

Os partidos políticos do movimento operário não conseguiram elaborar uma alternativa que fosse viável a luta pela superação do capital. Para Mészáros (2011b), esses partidos negaram a dimensão política do adversário, tornaram-se completamente dependentes do objeto que eles negavam, que é justamente a dimensão política. O foco do movimento operário deveria ser justamente nos aspectos vitais do sociometabolismo do capital.

Dessa forma, a dimensão política dos movimentos socialistas foi bastante afetada pela passividade dos movimentos operários. Favoreceram o surgimento de vários movimentos de reformas. As perspectivas revolucionárias acabaram dando lugar a ideias de reformas. Muda-se o foco central da luta, ou seja, a proposta defendida agora não é a superação e eliminação do capital, mas de reformular o sistema como se isso fosse possível.

No lugar de termos sindicatos tentando eliminar o sistema do capital, o que vamos encontrar são movimentos defensivos. O movimento operário, por meio dos seus primeiros sindicatos passou a ser o mediador do capital, sem deixar de ser obviamente o seu oponente estrutural. Com essa nova posição defensiva dos sindicatos foi possível para o movimento operário em condições favoráveis obter algumas vantagens para alguns setores do movimento, tais como carga horária, aumento salariais, alguns benefícios. Isso se tornava viável desde que os elementos correspondentes do capital pudessem se ajustar as devidas concessões.

A postura defensiva e setorial desenvolvida ao longo da história do movimento operário representou a aceitação da ordem econômica e política estabelecida como pré-requisito necessário das reivindicações que poderiam ser possíveis entre aquelas que foram necessárias. Isso se constituiu um círculo vicioso. E essa postura defensiva passou a ser a característica principal dos movimentos operários. O capital se apoia justamente nessa informalização da força de trabalho, tornando cada vez mais difícil os movimentos grevistas. Atualmente, quase todas as greves são decretadas ilegais.

A luta revolucionária dos movimentos sociais vai aos poucos dando lugar a luta por concessões, por reformas, lutas identitárias, lutas pela causa ambiental e entre tantas outras lutas. Essas lutas fragmentadas acabam por beneficiar a ordem vigente, pois vão distanciando a classe trabalhadora da luta principal a ser travada, que é a luta pela superação do capital.

Diante da crise estrutural do capital, a perspectiva defendida por Mészáros (2011b) não propõe reformas, ou seja, propor remédios para os problemas existentes sobre o sistema sociometabólico do capital. A saída para essa situação de crise se encontra na superação do próprio sistema. Problemas estruturais, precisam de mudanças estruturais.

Segundo Mészáros (2011a), precisamos de uma teoria socialista de transição urgente, pois a ordem social vigente demonstra-se insustentável. É preciso pôr fim num modelo societal de classes, em que a maioria dos indivíduos são explorados para garantir os privilégios de uma minoria privilegiada. Além de impregnar sobre a população explorada a ilusão de que se trata de uma realidade irreversível, onde o capitalismo tudo irá resolver. Afirma:

E, no entanto, quando a própria existência humana está em jogo, como de fato está a essa altura da crise sem precedentes na história humana, o único programa realmente praticável-em agudo contraste com a praticabilidade contraproducente de medidas manipuladoras que apenas agrava a crise – é o programa marxiano de reestruturação radical, “*de cima a baixo*”, da totalidade das instituições sociais, das condições industriais, políticas e ideológicas da existência atual, de “toda a maneira de ser” de homens reprimidos pelas condições alienadas e reificadas da sociedade de mercado. Excetuada a realização de tal “impraticabilidade” não há saída para a crise cada vez mais profunda da existência humana. (MÉSZÁROS, 2011a, p.72)

Mészáros (2011b) faz referência a Hegel afirmando que a filosofia hegeliana nasceu em meio as transformações na estrutura social da época, como a Revolução Francesa. Essa, caracteriza-se em uma Revolução burguesa, porque se utilizou das ideias revolucionárias de Hegel para ascender ao poder. Para Hegel, a história é feita por transformações até se chegar ao

limite dessas transformações, que seria o ponto final da história. A partir desse ponto final não haveria mais mudanças, seria o limite possível das mudanças.

De acordo com Mészáros (2011b), inicialmente a burguesia se utilizou bastante do pensamento de Hegel para se chegar ao poder como uma filosofia burguesa. Entretanto, uma vez chegada ao poder, esse pensamento hegeliano de que há mudanças e transformações que são da própria natureza humana, da sociedade humana, e essa ideia que a reta final dessas transformações, o ponto de chegada, seria o ponto ideal da humanidade. Quando a burguesia chega ao poder e domina o Estado, esse mundo ideal, esse mundo do bem-estar social não se efetiva. Então aquilo que Hegel propunha como reta final, com a burguesia chegando ao poder como sinônimo de bem-estar, como sinônimo de prosperidade acaba não acontecendo.

Segundo Mészáros (2011b), Hegel não percebia a continuidade da história, o seu movimento de transformação. Ele sempre trazia essa mensagem que a humanidade tinha chegado ao seu estágio histórico final, além do qual seria impossível tentar prosseguir sem uma autocontradição.

De acordo com Mészáros (2011b), essa ideia defendida por Hegel, do ponto de chegada como um estágio final da história da humanidade, ao qual não seria possível haver mais mudanças na forma da estrutura social vigente. Trata-se de uma atitude cega de Hegel em relação à dimensão destrutiva do capital, pois ao adotar tal ideia, ele não via o aspecto negativo e destrutivo do capital como sistema de controle.

Para Mészáros (2011b), esse pensamento de Hegel de colocar um ponto final na história tem um contraste muito grande com a ideia defendida por Marx de que a história é formada por contradições e por uma mutabilidade constante. A história não acaba como acontecia nos textos de Hegel. Esse, demonstrava até um certo otimismo ao sistema sociometabólico do capital. Algo que vai em direção totalmente oposta ao pensamento de Marx.

Conforme Mészáros (2011a), no início da crise estrutural do capital, era possível mover os problemas existentes do próprio capital, dos países chamados de primeiro mundo, países desenvolvidos para os países de terceiro mundo, países subdesenvolvidos. Esses últimos detinham uma classe trabalhadora ainda mais explorada em detrimento a uma minoria privilegiada.

No entanto, a cada dia que passa esses problemas estão ascendendo, surgindo, aparecendo, estão saindo debaixo do tapete, sendo necessário encará-los na base, e não mais

com propostas de reformas, de atualização do sistema do capital. É isso que Mészáros (2011a) tanto critica, essas propostas de reformas, propostas paliativas, quando na verdade, o que deveria ser feito é uma proposta de mudança radical do sistema sociometabólico do capital.

Diante disso, ao contrário do que acontecia em fases anteriores, em que se deslocava os problemas do sistema sociometabólico do capital, o que temos atualmente é a impossibilidade de continuar deslocando essas problemáticas advindas do sistema. Ademais, a situação absorvente do sistema do capital atropela a própria existência da humanidade, visando somente a manutenção do próprio sistema sociometabólico que vem se mostrando cada vez mais incontrolável. De acordo com Mészáros (2011a), não se pode mais ignorar os problemas advindos do sistema do capital.

A partir do momento em que as crises periódicas deixaram de se manifestar em crises isoladas, tornando-se uma crise global. Desta forma, os países passaram a promover a integração comercial, econômica, financeira, tecnológica e cultural de forma global, além de compartilhar os impactos da crise estrutural. Entretanto, a crise estrutural do capital se manifeste de forma desigual em diferentes regiões.

Se a crise estrutural do capital é global, não há solução nacional para a crise. Segundo Mészáros (2011b), não há solução keynesiana para a crise. Não há uma capacidade de administrar minimamente de uma maneira civilizada e racional essa crise estrutural. Não há uma presença de bases objetivas e subjetivas para fazer uma gestão keynesiana da crise.

O modelo keynesianismo do ponto de vista objetivo pode ser entendido como uma economia ancorada no espaço econômico nacional e não global. E o keynesianismo do ponto de vista subjetivo se remete a presença organizada de uma classe trabalhadora em sindicatos, e uma burguesia com o mínimo de interesse nacional. Os dois elementos não se encontram na crise estrutural do capital.

O movimento sociometabólico do capital visa romper todas as barreiras, sejam elas, sociais ou políticas. Dessa forma, o capital vai impor a desregulamentação de todas as atividades econômicas, ocasionando grande implicações com as relações de trabalho. O objetivo do capital é claro, afirma Netto e Braz:

[...] o capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de nele, o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do

movimento operário e das camadas trabalhadoras. A desmontagem (total ou parcial) dos vários tipos de Welfare State é o exemplo emblemático da estratégia do capital nos dias correntes, que prioriza a supressão de direitos sociais arduamente conquistados (apresentados como “privilégios” de trabalhadores) e a liquidação das garantias ao trabalho em nome da “flexibilização” já referida. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 238)

O controle ideológico desempenhando com prontidão pelo grande capital, é sem dúvida, uma das estratégias que o capital se utiliza para quebrar todos os entraves do seu crescimento econômico e impor a sua lógica destrutiva. Afirmam Neto e Braz (2012, p. 301): “Para legitimar essa estratégia, o grande capital fomentou e patrocinou a divulgação maciça do conjunto ideológico que se difundiu sob a designação do neoliberalismo”.

Muito se fala em crise do neoliberalismo, atribuindo a esse o protagonista da crise atual. No entanto, se trata de um discurso totalmente equivocado, que esconde e omite o verdadeiro responsável pela crise. Trata-se de uma crise do capital, uma crise do sistema capitalista. O neoliberalismo é uma consequência, um efeito, ou seja, um produto do capital para resistir a sua crise. A função do neoliberalismo é atuar como mecanismo ideológico para o grande capital legitimar seus interesses. Afirmam:

Essa ideologia legitima precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento. Seu primeiro alvo foi constituído pela intervenção do Estado na economia: O Estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado - e , pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra *reforma* perder o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; *a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s), destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais.* (NETTO; BRAZ, 2012, p.239)

Enquanto não houver uma superação desse sistema capitalista, o que se pode discutir é a dose de neoliberalismo adotada. Não há, segundo Mészáros (2011), a possibilidade de se fazer um recuo para o Estado de bem-estar social, para uma economia ancorada nacionalmente, ou seja, um estado que controle a base fiscal e a moeda. Essa é uma das características da crise estrutural do capital.

Em conformidade com Mészáros (2011b), tentar regularizar o capital é como dar “nós nos ventos”. As propostas de reformas ao sistema sociometabólico do capital não foram e não

serão viáveis para que se possa amenizar ou diminuir os problemas oriundos do próprio sistema. O capital é uma forma incontrolável de controle sociometabólico. Não é possível controlar o capital, não é possível um controle humano do capital. O que temos na verdade são os próprios seres humanos, tudo tendo de se ajustar a estrutura totalizadora do capital. É preciso enfrentar a crise com uma mudança radical do sistema. Em conformidade com Mészáros (2011b), afirmam Netto e Braz:

[...]qualquer tipo de controle ou regulamentação repugna à natureza do capital – ele não avança segundo a sua lógica se encontra outras barreiras e limites que aqueles que derivam da estrutura do seu próprio movimento. Dos seus limites e travas imanes (que se expressam nas crises), ele não pode livrar-se; de regulações e freios sociopolíticos, ele pode liberar-se, como o prova a história dos últimos trinta anos. (NETTO; BRAZ, 2012, p.237).

Tomando, por exemplo, as lutas pelas causas da educação, as chamadas reformas educacionais, que serão objeto de estudo no próximo capítulo. São exemplos de movimentos reformistas levados a público por seus líderes, com foco na questão educacional. Todavia, as causas socioeconômicas que obviamente estariam por traz dessas questões educacionais, essas causas não são destacadas. O ataque dos discursos não vai na raiz do problema, não vai diretamente nessas causas socioeconômicas. As críticas ficam num plano superficial, que esconde e até mascara os determinantes reais do fenômeno.

De acordo com Mészáros (2011b), o capital não é somente uma entidade material, mas também é um modo de controle absoluto que tudo domina, antes mesmo de ser dominado. Dessa forma, o capital também domina a força material de trabalho, gerando essa necessidade da divisão social do trabalho de forma hierárquica. A especialização existente no trabalho em si não é algo negativo, o problema é quando essa especialização no trabalho, essa compartimentalização que é verificada reflete na vida social, consequentemente, refletirá na imposição de uma hierarquia na vida social.

O sistema sociometabólico do capital contribui para ampliar e favorecer a divisão hierárquica da sociedade em classes sociais. Temos então, a classe que detém os meios de produção e assim comanda a força de trabalho da classe que não detém os meios de produção e submetem sua força de trabalho as classes dominantes. Obviamente, para que esse movimento continue existindo, é necessária uma forte imposição ideológica que justifique essa divisão social hierárquica.

Diante disso, Antunes (2009), assim como Mészáros (2011b), afirma que o sistema sociometabólico do capital é justamente esse sistema que contribui para a permanência, a sobrevivência, ou mesmo para a multiplicação do capital. A produção exacerbada, sem consciência dos recursos naturais e o consumo em massa é a dinâmica que move o capital.

O capitalismo se trata de um sistema socioeconômico que busca o máximo de lucro e o predomínio da propriedade privada. Segundo Mészáros (2011b) é preciso superar o capitalismo e acabar com a propriedade privada se quisermos vislumbrar alguma esperança de continuidade da espécie humana.

Conforme Rousseau (2017), do ponto de vista da natureza, todos os homens são iguais. Quem criou a desigualdade foi o próprio homem ao criar a propriedade privada. A propriedade privada é o elemento fundante das classes sociais, dando origem a desigualdade entre os homens. Em suas palavras:

O primeiro que, tendo cercado um terreno, pensou em dizer, isto é, meu, e encontrou gente simples o bastante para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassinatos, quantas misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando os mourões ou tapando o fosso, houvesse gritado: não escutem este impostor; vocês estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém! (ROUSSEAU, 2017, p.71).

A propriedade privada é fruto do percurso histórico da humanidade, não sendo, portanto, uma questão ontológica do homem, ou seja, da essência do homem. O homem nas suas relações sociais criou a propriedade privada, dando origem a toda forma de dominação e subordinação do homem pelo próprio homem. Como não se trata de algo inerente a própria existência do ser, é algo que pode ser mudado, alterado.

O metabolismo social do capital, o metabolismo que produz capital, nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital. O trabalho passou a ser subordinado ao capital, e isso não é consequência de nenhuma determinação ontológica inalterável, embora trate de uma determinação histórica e pode ser modificado, o mesmo deve ocorrer com a propriedade privada.

Assim como Mészáros, (2011b), Antunes (2009) defende que o capitalismo e o metabolismo que o mantém, foram construídos historicamente, ou seja, não se trata de uma determinação ontológica inalterável. Não se trata de algo pertencente a essência humana. Não pertence a essência humana essa ideia de que a estrutura do trabalho deve estar associada a

estrutura do metabolismo do capital. Isso tem uma natureza histórica, surgiu durante a história do homem, as suas relações sociais, e pode ser mudada pelo próprio homem.

A relação capital e trabalho é a base da forma societal do sistema capitalista. Não existe capital sem trabalho, assim como não existe trabalho sem capital. E o trabalho assalariado só existe no capitalismo. Eles são uma unidade de contrários, e como uma unidade de contrários tende a automatização. Essa relação do capital e do trabalho se dá por meio da total alienação do trabalho. Ele não se constitui como entidade que apresenta uma vontade independente. O trabalho fica subsumida ao capital, o que não permite ao trabalho ter nenhum tipo de consciência.

O trabalho também pode se automatizar em relação ao capital. O movimento contrário pode acontecer se o trabalho tomar consciência e perceber que ele é diferente do capital, que possui pesos salariais diferentes, que tem interesses estratégicos diferentes. Dessa forma, será possível a constituição do trabalho como classe social. Essa é a contradição que move o modo de ser do capital.

Esse sistema de metabolismo social que subordina o trabalho ao capital não é resultado de um processo ontológico. Isso é resultado de um processo historicamente constituído, que prevalece a divisão social hierárquica que subordina o trabalho ao capital. Se o homem viveu sem essa situação, obviamente é possível mudar essa realidade atual de subordinação e automatização do trabalho em relação ao capital

As consequências devastadoras desse modo de reprodução tanto para o próprio sistema como para a humanidade já são visíveis e anunciadas pela crise estrutural do capital. Para Mészáros (2011b), o capital é determinado por essa dinâmica de expansão e acumulação. E esse dinamismo do capital opera de forma irreversível enquanto puder acumular ao máximo os lucros advindos da extração da força excedente do trabalho. Por se tratar de um sistema que se mostra incontrolável, o capital conseguiu superar todas as forças que se mostraram contrárias a ele.

Um ponto muito importante que Mészáros (2011b) traz e que é muito resgatado por Antunes (2009) diz respeito a inversão da lógica societal. Os bens que não são essenciais se sobrepondo aos bens que são essenciais a existência do homem. As mediações primárias básicas foram subordinadas às mediações de segunda ordem. Essas mediações dizem respeito justamente a produção de bens que não são essenciais ao homem. Então, tudo aquilo que não é

essencial ao ser, passa a prevalecer, passa a dominar, passa a se sobrepor as mediações de primeira ordem.

As mediações de primeira ordem dizem respeito a produção humana, mas uma produção humana voltada para a própria existência da humanidade, como a alimentação, a água, ou seja, essencial ao ser humano. Entretanto, as mediações de segunda ordem dizem respeito a produção humana voltada para aspectos que não são essenciais a existência humana, como os aparelhos eletrônicos, carros, entre outras mercadorias.

Para Mészáros (2011b), o sistema do capital é essencialmente destrutivo em sua lógica, e vem se intensificando no capitalismo contemporâneo, em que cada vez mais ocorre a diminuição do valor de uso das mercadorias. É preciso subordinar o capital ao valor de uso. No capital, o valor de uso dá lugar ao valor de troca.

Temos o valor de uso e o valor de troca, sendo que o valor de troca não tem uma relação direta com o valor de uso, por exemplo, a água tem um elevadíssimo valor de uso para o ser humano, ela é essencial, no entanto, ao comparar o valor de troca como do diamante, o valor de troca da água é bem menor comparado ao valor de troca do diamante. Logo, o valor de uso da água é maior do que o valor de uso do diamante e a água é muito mais utilizada e vital do que o diamante.

O sistema sociometabólico do capital opera com o valor de troca se sobrepondo ao valor de uso, e esse valor de troca vai sendo reduzido cada vez mais, fazendo com que a mercadoria acabe perecendo cada vez mais rápido. O valor de uso vai sendo deixado de lado em detrimento do valor de troca. E com essa redução acelerada do valor de uso de um produto, o ciclo reprodutivo dele vai sendo aumentado cada vez mais.

Como o sistema sociometabólico do capital controla e subordina os indivíduos a sua lógica destrutiva. Temos testemunhados a incorporação de mercadorias que foram sendo historicamente incorporadas a existência humana. Muitas dessas mercadorias tiveram a sua necessidade fabricada. São mercadorias que acabaram se tornando essenciais para o homem não por uma questão de existência, mas por uma questão de manter o próprio sistema sociometabólico do capital.

Podemos tomar como exemplo aqui, a própria eletricidade, o celular, os computadores, essas necessidades acabam sendo fabricadas. Constantemente, nos deparamos com novas necessidades sendo fabricadas. O homem vai sentido necessidades de adquirir aquelas

mercadorias, seja o celular mais novo, o computador mais novo, o carro mais novo. Surgindo assim, os desejos que não são de primeira ordem. São mercadorias que se destacam pelo valor de troca e não pelo valor de uso.

Atualmente os produtos tem uma durabilidade cada vez menor. Há a presença marcante do fenômeno da obsolescência programada no sistema sociometabólico do capital. Isso diz respeito a durabilidade cada vez menor dos produtos. Frequentemente as pessoas são chamadas a trocar os seus produtos por versões mais novas e modernas, principalmente os produtos eletrônicos. Tomemos o celular como exemplo, eles têm uma durabilidade cada vez menor. Vão surgindo cada vez mais componentes novos que não são essenciais. Porém, os novos celulares são cada vez mais objetos de desejos e ostentação pelos consumidores devido ao fetiche da mercadoria. Tornando assim, os aparelhos com uma vida útil cada vez menor, porém, um valor de troca cada vez mais elevado.

Esse sistema capitalista ocasionou essa inversão lógica societal, alterando de forma profundamente destrutiva a relação existente entre o homem e a natureza. A consolidação da mediação de segunda ordem como base fundante do sistema de metabolismo social do capital, deu origem a essa construção da sociabilização destrutiva presente nas relações materiais e subjetivas na sociedade vigente.

Os seres humanos são parte da natureza, portanto, os seres humanos não podem viver sem mediações com a natureza. E essas mediações precisam ser perpassadas por uma consciência de preservação. Essas mediações com a natureza garantem para a humanidade a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal. As mediações de primeira ordem se trata de uma questão ontológica, algo que faz parte da essência do ser. Diz Mészáros:

Otra contradição básica do sistema capitalista de controle é que ele não pode separar “avanço” de *destruição*, nem “progresso” de *desperdício* – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quando mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais libera os da destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante. O conceito de *economia* é radicalmente incompatível com a “economia” da produção do capital, que necessariamente causa um duplo malefício, primeiro por usar com desperdício voraz os *limitados recursos* do nosso planeta, o que é posteriormente agravado pela *poluição e pelo envenenamento do meio ambiente humano*, decorrentes da produção em massa de lixo e efluentes. (MÉSZÁROS, 2011, p. 73).

Com o surgimento das mediações de segunda ordem, que não se trata de algo ontológico, ou seja, da essência do ser, mas de algo histórico, que surgiu dentro de um dado percurso

histórico humano. Essas mediações ocasionaram a modificação e alteração das mediações de primeira ordem, essenciais a existência humana. O fetiche das mercadorias e a alienação dos elementos desse processo de controle socialmetabólico do capital garante as mediações de segunda ordem.

Segundo Mészáros (2011b), para que a concretização das mediações de segunda ordem aconteça, ocorre o processo de alienação dos meios de produção dos trabalhadores, ou seja, os meios de produção não pertencem aos trabalhadores, são alheios aos trabalhadores, além do processo de personificação do capital que passa a ser instaurado.

A finalidade essencial desse sistema de mediação de segunda ordem é buscar cada vez mais exacerbada a obtenção de lucro. O capital se constitui como a base totalizadora e totalizante, que determina e subordina todas as relações materiais e sociais existentes na sociedade contemporânea. Essa base totalizadora do capital se configura na estrutura do próprio Estado.

A seguir, faremos uma discussão no próximo tópico sobre o papel do Estado para o sistema do capital, como o Estado desempenha a função de controle político e social em benefício do próprio capital. O discurso proferido da defesa do Estado mínimo proferido pelo capital, na realidade, não se configura na eliminação do Estado, ao contrário, o capital se apropria do poder controlador do Estado para defender seus interesses.

2.2 Estado e reestruturação produtiva

“O Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao capital, pois ambos são um só e inseparáveis. (MÉSZÁROS, 2011b)”

Uma das grandes colaborações do pensamento de Mészáros (2011b) é o fato do autor contribuir para o esclarecimento da experiência Soviética. Segundo o autor, nunca aconteceu uma experiência socialista. Para Mészáros (2011b, p. 44) “[...] o sistema soviético existente absolutamente nada tinham em comum com o socialismo.” O que aconteceu na União Soviética não cessou a exploração da classe trabalhadora, pelo contrário, a maioria da população continuava a sofrer a esmagadora exploração do sistema do capital sob o controle do Estado.

Nesse sentido, é possível abolir o capitalismo, mas não o capital. De acordo com Mészáros (2011b), a fundamentação da manutenção desse sistema sociometabólico é garantida

pelo tripé: capital, trabalho e Estado. Essas três dimensões são imprescindíveis para a funcionalidade desse sistema de controle sociometabólico, além de terem uma relação materialmente interrelacionadas. Portanto, não sendo possível eliminar, um ou dois dos seus polos. O Estado desempenha um papel fundamental na reestruturação do capital.

Dessa forma, fica entendido que a ruptura radical com o sistema sociometabólico do capital deve acontecer de forma universal, global e não regional, isolada, como aconteceu com a própria experiência soviética. Mészáros (2011b, p. 45) “o desafio de ir “para além do capital”, por meio do estabelecimento de uma legítima ordem socialista diz respeito a toda humanidade”. A solução para os problemas existentes do sistema do capital, não se resolvem com propostas isoladas, nem reformistas do sistema, mas com a alteração do próprio sistema. Portanto, o caminho é pensar propostas de superação na perspectiva para além do capital de forma global.

Sendo o Estado uma base integrante da base material do capital, o Estado passa a atuar como pré-requisito para a permanência do sistema sociometabólico do capital. Sendo necessário para eliminar o Estado, a própria eliminação do capital. Diante dessa relação, surgiu a necessidade da crítica ao Estado moderno como forma de superar o capital. Pois o capital não sobrevive sem o Estado. Para Mészáros (2011a) o Estado funciona como um “remédio milagroso”, tentando socorrer a crise do capital.

De acordo com Mészáros (2011a), o Estado moderno surgiu como uma estrutura de poder político do capital, visando controlar as falhas estruturais do sistema e aumentar o poder de alcance do sistema do capital. O Estado moderno é inconcebível sem o capital, que é o seu real fundamento, surgiu juntamente com o capitalismo. O capital precisa do Estado como seu complemento necessário. Dessa forma, a crítica radical ao Estado vai ganhar sentido justamente pelo fato do Estado moderno ser inconcebível sem o capital, e o capital precisar do Estado para manter seu sistema sociometabólico.

Nessa perspectiva, diante dessa crise estrutural do capital, que tem uma magnitude inacreditável de excedente absoluto de capital, portanto, uma tendência de desvalorização de capital. O grande capital tem uma capacidade enorme de resistir a crise, de negar a crise e procurar soluções dentro da ordem vigente para salvar o capital. Diante dessa situação, o capital recorre ao Estado como forma de resistir a crise.

Nesse sentido, outra característica da crise estrutural do capital é a capacidade de resistir a aniquilação da sua riqueza. Quando o excedente absoluto de capital fica ameaçado de ser destruído. Nos referimos aqui, do capital das grandes corporações. Essas dispõem de uma

capacidade financeira e tecnológica imensa para resistir a crise. Além de uma capacidade política de controle sobre os Estados imperiais. O papel do Estado aqui é socorrer o grande capital custe o que custar, e quase sempre a conta sai muito cara para os Estados.

Segundo Mészáros (2011a) o Estado moderno atua como base integrante da base material do capital e tem o papel fundamental de garantir e proteger a permanência do sistema de extração da mais valia do trabalho. O Estado é responsável pela manutenção desse sistema sociometabólico do capital. Afirma:

Na verdade, Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para extração do trabalho excedente. É isso que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 121a).

Dessa forma, podemos afirmar que o surgimento do Estado moderno paralelo ao desenvolvimento do capital não foi uma questão acidental. A crise do capital se relaciona com a crise do Estado, ou seja, a crise estrutural do capital também se reflete em crise nas próprias instituições do Estado. Dessa forma, não pode haver nenhuma proposta de eliminação do capital sem que isso afete o próprio Estado.

Nesse sentido, Mészáros (2011b) afirma que se trata de um pensamento totalmente ingênuo acreditar que o capital é contrário ao Estado e que, por isso, precisamos defender o Estado para derrubá-lo. A existência do Estado é uma exigência absoluta do sistema do capital. Diante dessa crise estrutural, a ideia de se buscar soluções para crise dentro da ordem vigente, avançando pela linha de menor resistência, dentro das instituições políticas se verificou um grande equívoco da classe trabalhadora. É necessário organizar a classe trabalhadora fugindo da armadilha institucional. A solução apontada pela ordem vigente, se trata de um capitalismo da barbárie, um capitalismo mais brutal, que avança na crise ambiental de forma irracional, marchando com a sociedade para o abismo.

Diante dessa situação, estamos vivendo um capitalismo claustrofóbico, sem horizontes, não há alternativas dentro da ordem vigente do capital para a classe trabalhadora. É preciso aproveitar as brechas históricas abertas pela crise para se colocar no debate central a perspectiva de se pensar uma solução fora da ordem vigente para a crise estrutural. Em suas palavras:

“Nesse sentido, a necessidade hoje, de uma teoria compreensiva da transição aparece na agenda histórica da perspectiva de uma ofensiva socialista, baseada em sua atualidade histórica, em resposta à crescente crise estrutural do capital que ameaça a verdadeira sobrevivência da humanidade” (MÉSZÁROS, 2011, p. 83)

Dessa forma, os defensores de uma sociedade radicalmente emancipada não devem pautar suas lutas visando uma emancipação política. A emancipação política foi uma luta e uma conquista da luta da burguesia. Os marxistas devem pautar suas lutas visando garantir uma emancipação social, que não será possível dentro da ordem vigente do capital. É preciso fazer a transição para uma nova ordem societal.

Nessa perspectiva, diante dessa situação incontrolável do sistema sociometabólico do capital, se faz necessário uma proposta revolucionária urgente de superação do capital. A classe trabalhadora precisa se apropriar de conhecimentos concretos que possibilitem a ela travar uma luta sólida diante dos desafios históricos postos, visando a defesa de uma nova forma de sociabilidade, ou seja, para além do capital.

Mészáros (2011b) aponta como solução para crise estrutural do capital, pensar numa perspectiva que aponte para o comunismo como modelo societal. Que aponte para a igualdade substantiva. Entendida pelo autor como uma sociedade onde a realização do indivíduo se correspondam com a realização do coletivo. Pois não há uma contradição entre o coletivo e o indivíduo, ao contrário, há uma potencialização da capacidade de emancipação do indivíduo.

Diante da crise estrutural, o capital vai buscar novas alternativas para resistir a crise e alimentar seu sistema sociometabólico. Uma dessas inúmeras alternativas utilizadas pelo capital reside em buscar setores da sociedade que eram tradicionalmente dominados pelo Estado. Para tanto, os mecanismos ideológicos do capital, como o neoliberalismo vão atuar na busca por subterfúgios para o capital fugir da crise.

Nesse sentido, o capital passa a assumir o controle de setores promissores que estavam sob a administração do Estado. O discurso da defesa do Estado mínimo proferido pelos neoliberais reforçou o pensamento hegemônico contra o Estado regulador das políticas no campo econômico, político e social. Intensificou a defesa do Estado liberal, da abertura do comércio nacional, das privatizações dos serviços públicos, da autonomia das empresas em relação ao Estado.

[...] o objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um **Estado mínimo para o trabalhador e máximo para o capital**. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 239)

Diante dessa nova ordem mundial que ataca o Estado enquanto instituição reguladora, descaracterizando e secundarizando o seu papel, tomando para si a função do Estado com a defesa da ineficiência do mesmo. O capital assume assim a liderança da economia mundial, subjugando os países em desenvolvimento as suas políticas econômicas visando resistir a crise e fortalecer o capital.

Com o agravamento da crise estrutural, o Estado vem perdendo seus instrumentos para administrar a crise. Perdendo a capacidade de fazer políticas que não estejam articuladas com o interesse do capital. Dentre essas políticas, temos as políticas do campo econômico, fiscal, ambiental, educacional, entre outras. Ocasionalmente assim, a mercantilização das políticas públicas nas áreas de interesses do capital.

Nesse sentido, o capital passa a se apropriar das políticas educacionais, visando impulsionar seu movimento sociometabólico de expansão e acumulação de riqueza. Essas políticas têm efeitos desiguais, principalmente nos países em desenvolvimento. A educação passa a ser vista como um negócio em expansão para o capital em crise. Além de favorecer mão de obra barata para o processo de extração de mais valia. No capítulo seguinte, discutiremos como o capital entrar no campo educacional e segue subjugando os indivíduos a sua lógica destrutiva e irracional.

3 NEOLIBERALISMO E TEORIAS DA EDUCAÇÃO: IMPLICAÇÕES NO CAMPO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

“O capital tende a ocupar todos os espaços que possam lhe proporcionar lucros.” (KONDER, 2014, p. 33).

Diante dessa crise estrutural do capital que subordina toda a humanidade, o capital procura subterfúgios para continuar mantendo a sujeição da humanidade a sua lógica destrutiva. Como busca de soluções para a crise dentro da ordem vigente, o capital vai se valendo de meios para impor a sua lógica no campo educacional. A educação, que sempre foi espaço de luta ideológica e interesses da classe dominante, apresenta-se como um terreno fértil para o capital germinar sua ideologia a favor de seus interesses.

O sistema sociometabólico do capital impõe sua lógica destrutiva e subjuga todos os setores da sociedade, incluindo a educação. Para melhor compreender como a crise estrutural do capital entra no campo educacional, principalmente no campo da formação de professores, percorremos a seguir uma discussão que perpassa pelas pedagogias das competências presentes no cenário atual, como as “pedagogias do aprender a aprender” e suas influências nas políticas de formações continuadas dos professores em âmbito nacional e a nível do Município de Fortaleza. Tomando como referencial de análise os pressupostos da teoria da pedagogia histórico-crítica, com base nos estudos de Dermeval Saviani e Newton Duarte.

3.1 As pedagogias do “aprender a aprender” e suas implicações no campo da formação docente

Segundo Saviani (2019), o termo neoliberalismo se originou a partir da expressão do Consenso de Washington, que se tratou de uma reunião promovida por John Williamson em 1989 com a presença de vários organismos internacionais no Instituto Internacional de Economia que fica na cidade de Washington. A reunião tinha por objetivo indicar um conjunto de medidas políticas a serem implementadas pelos países.

As dez medidas políticas indicadas foram: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos, reforma tributária; juros de mercado; taxa de câmbio competitiva; abertura comercial; investimento estrangeiro direto, com eliminação das restrições; privatização das estatais; desregulação – afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas e direito de propriedade. Essas

medidas foram objeto de discussão da reunião, sendo apresentadas como necessárias aos países da América Latina e traçaram os novos rumos para a política mundial.

Ainda segundo o autor, o Consenso de Washington resultou para os países da América Latina um corte profundo nos gastos públicos a ser alcançado por intermédios de reformas de grande impacto aos direitos dos trabalhadores, como as chamadas reformas administrativa, trabalhista e previdenciária. Além dessas reformas, era necessário a privatização radical, a abertura da economia nacional e a desregulação do trabalho. As políticas neoliberais que eram de início impostas pelas agências internacionais financiadoras, logo foram incorporadas pelas elites econômicas dos países latino-americanos, que passaram a assumir como suas próprias políticas.

Diante desse novo cenário de crise estrutural, com a presença das políticas neoliberais, que passaram a influenciar os setores que eram tradicionalmente dominados pelo Estado. O discurso neoliberal da ineficiência do Estado em administrar os setores da educação pública, atribuindo ao Estado a culpa pelo fracasso da escola pública. Desse modo, as políticas neoliberais não se restringem ao campo econômico, passando a influenciar no campo educacional com a abertura para a iniciativa privada regida pela lei do mercado.

Podemos constatar então, que se vivemos sobre a lógica da ideologia neoliberal, encontra-se perspectivas neoliberais no campo da educação. Há uma relação do campo econômico com o campo educacional. Nesse sentido, essa relação pode ser verificada na formação ofertada aos professores.

O sistema do capital, diante dos seus limites absolutos vem se mostrando como um sistema social sem sustentabilidade. Diante dessa crise estrutural do capital, o capital faz uso de todos os seus subterfúgios para evitar a sua bancarrota e continuar perdurando. Para continuar encobrindo a crise, o capital vai adentrando no campo da educação, principalmente no campo da formação de professores. Esse interesse do capital pela educação se configura como uma das suas artimanhas para evitar a sua falência.

O capital vai invadindo setores de atuação que tradicionalmente eram administrados pelo Estado, como o setor da Educação. A descoberta do setor da Educação como setor que outrora era dominado pelas políticas públicas do Estado, transformando a educação em esfera de promoção de mais valia. A transformação desse setor, na esfera de promoção, é ocasionada pelo esgotamento do sistema, pela baixa tendencial da taxa de lucro movida pela crise estrutural do capital. O capital vai empurrando o seu sistema a invadir novas esperas promissoras para

sua sobrevivência. Konder (2014, p. 33), afirma que “[...] o capital tende a ocupar todos os espaços que possam lhe proporcionar lucros.”

O sistema do capital entra dentro da escola. É cada vez mais presente a presença de empresas e fundações ganhando dinheiro com a esfera educativa. O capital vai exercendo controle sobre a gestão escolar, o currículo escolar, os processos pedagógicos, processos didáticos e processos de formações de professores. Essas influências do capital ocorrem principalmente por intermédio das políticas públicas para a educação. Essas políticas exercem um controle ideológico e político, principalmente no campo da formação de professores, além de esconder as relações de poder que perpassam todo o discurso educacional vigente. Conforme:

A crise estrutural do capital se refletiu em todos os complexos sociais, uma vez que o trabalho, ato fundante da sociabilidade humana, sofreu modificações, não em sua estrutura, mas em sua forma de organização, pautada na flexibilidade. Como a educação é um complexo social fundado pelo trabalho, sofreu modificações de modo a atender as exigências da sociabilidade do capitalismo neoliberal. A intensificação do processo de globalização permitiu que as fábricas ganhassem caráter multinacional, se espalhando principalmente pelos países em desenvolvimento, que já dispunham de uma infraestrutura básica. Com o encarecimento da mão de obra nos países pioneiros na industrialização, resultado da organização da classe trabalhadora, ocorreu a migração gradual dos pólos produtivos dos países centrais para os países periféricos, pois o aumento dos lucros só se consegue a partir da extração incessante da mais valia. (CARDOSO, et al, p. 9).

Desse modo, podemos afirmar que o interesse do capital pelo campo da educação não se configura como um discurso neutro, ao contrário, é carregado de intencionalidade da lógica capitalista. Se vivemos sobre o domínio do sistema capitalista, esse tende a influenciar todas as esferas da sociedade, tudo funciona conforme os ditames do capital, e no setor da educação essa lógica não poderia ser diferente.

Vale ressaltar aqui que segundo Duarte (2008), atualmente é muito difundido o discurso de que estamos vivendo numa sociedade do conhecimento, numa sociedade da inclusão, numa sociedade da democratização dos conhecimentos. Esse discurso é pautado no fato de que as tecnologias atuais garantem as informações necessárias, ou seja, os conhecimentos necessários para o desenvolvimento dos indivíduos. Esses só precisam buscar os meios para se apropriar desses conhecimentos.

Entretanto, esse discurso se trata de uma grande ilusão, uma doutrinação ideológica do próprio sistema do capital para continuar se mantendo como sistema dominante. Duarte (2008, p.13) afirma, “A assim a chamada sociedade do conhecimento é uma ideologia produzida pelo capitalismo, é um fenômeno no campo da reprodução ideológica do capitalismo”. Se vivemos

numa sociedade capitalista, caracterizada pela propriedade privada dos meios de produção e pela divisão de classes sociais, o conhecimento também será alvo de disputa e se tornará propriedade privada da classe dominante. Essa ilusão, de que vivemos na sociedade do conhecimento é propagada pela doutrinação neoliberal como forma de naturalizar as desigualdades sociais criadas pelo sistema capitalista.

Segundo Duarte (2011), as pedagogias hegemônicas dominantes no cenário educacional vigente carregam consigo inúmeras ilusões e proclamam um lema educacional a serviço do capital, com essência pautada em apropriações neoliberais da teoria vigotskiana. Afirma:

O lema “aprender a aprender” é por nós interpretados como uma expressão equivocada das posições educacionais afinadas com o projeto neoliberal, considerado projeto político de adequação das estruturas e instituições sociais às características do processo de reprodução do capital no final do século XX. (DUARTE, (2011, p.3).

Vale ressaltar que, quando a burguesia era ainda classe revolucionária na Revolução Francesa e lutava contra o sistema do feudalismo da época. Essa, defendia a democratização do conhecimento, a democratização da verdade, como forma de não aceitar, não naturalizar as desigualdades impostas naquele sistema. Entretanto, ao se tornar classe dominante no sistema capitalista, a burguesia se torna classe reacionária, passa a lutar contra a socialização do conhecimento, visto que agora, a socialização do conhecimento não lhe interessa como classe dominante. Passando assim, a lutar contra a socialização dos conhecimentos, visando evitar que os indivíduos possam conhecer a realidade concreta das relações sociais aos quais estão inseridos. Entretanto, a burguesia exerce uma contradição, pois ao passo que nega o acesso ao conhecimento a classe trabalhadora, ela permite o mínimo necessário de conhecimento para que a classe dominada continue produzindo para o crescimento do capital, com vista a alimentar esse sistema de exploração, alienação e dominação. Afirma Tonet:

A burguesia, independente de intencionalidade explícita, não interessa o conhecimento da realidade social a sua máxima profundidade. E quando falamos em profundidade máxima, não fazemos referência algo vago e obscuro, mas aquele nível que permite demonstrar o caráter radicalmente histórico e social da realidade social. Esse nível não pode interessar a burguesia porque permite desvendar os mecanismos essenciais da produção e reprodução da forma de sociabilidade, marcada pela exploração do homem pelo homem, pela desigualdade social, com todas as suas consequências e da qual depende sua própria (da burguesia) existência. (TONET, 2013, p.53)

Portanto, após descobrir o universo da educação como um terreno promissor para impor a sua lógica destrutiva, o capital por intermédio do Estado, passa a determinar sistematicamente

as políticas educativas que orientam as ações pedagógicas no campo educacional. Entre as influências do capital na educação podemos destacar aqui as pedagogias do “aprender a aprender”. Essas pedagogias vão se configurar como a própria materialização da crise estrutural do capital na educação. Duarte afirma:

Tal movimento ganha força justamente no interior do aguçamento do processo de mundialização do capital e de difusão, na América Latina, do modelo econômico, político e ideológico neoliberal e também de seus correspondentes no plano teórico, o pós-modernismo e o pós-estruturalismo. É nesse quadro de luta intensa do capitalismo por sua perpetuação, que o lema “aprender a aprender” é apresentado como a palavra de ordem que caracterizaria uma educação democrática. E esse canto da sereia tem seduzido grande parcela dos intelectuais ligados à área educacional. (DURTE, 2011, p.33-34).

Essas pedagogias do “aprender a aprender”, predominantes no discurso educacional vigente estão articuladas diretamente com as pedagogias das competências. Essas concepções pedagógicas que enaltecem a assimilação de competências, não correspondem a conceitos novos no universo educativo. Na realidade, são ideários pedagógicos que já se faziam presentes no discurso pedagógico do movimento da Escola Nova. Essas pedagogias, alinhadas aos interesses do capital, passam a ser revigoradas no discurso pedagógico contemporâneo conforme afirma Saviani:

O lema “aprender a aprender”, tão difundido na atualidade, remete ao núcleo das ideias pedagógicas escolanovistas. Mas esse lema, que na pedagogia escolanovista, referia-se à valorização dos processos de convivência entre as crianças, do relacionamento entre elas e com os adultos, de sua adaptação à sociedade, no contexto atual ganha uma nova conotação. Na situação atual, o “aprender a aprender” liga-se a exigência de uma constante atualização posta pela necessidade de ampliar a esfera da empregabilidade. (SAVIANI, 2021^a, p.147)

Entretanto, segundo Bernstein (2003), vale ressaltar aqui, que o conceito de “competência”, tão proclamado no discurso educacional vigente é um conceito que não se originou no campo da educação. Esse conceito de competência foi didatizado, pedagogizado para adentrar no universo educativo. Houve assim, uma transposição didática, ou seja, uma passagem de um conhecimento de uma esfera não educativa para uma esfera educativa. Tornando assim, as competências um objeto educativo. Essa recontextualização do conceito de competência não se apresenta de forma neutra, ao contrário, envolve relações de poder, em que alguns interesses são silenciados e outros mostrados.

Para Bernstein (2003), esse conceito de competência está muito relacionado aos paradigmas do momento. A aquisição de competências vai gerar desempenhos, então ela é

compreendida nessa lógica como um conhecimento a ser adquirido. A lógica social da competência traz o discurso da democratização universal da competência, da criatividade, da autorregulação e da acomodação ao contexto. Se trata de uma visão totalmente idealista da aquisição de competência como conhecimento.

Essa visão idealista da aquisição de competência estar muito atrelada a cultura atual do capital. É do interesse do capital concepções que não abordam questões críticas, que não favorecem o conhecimento da realidade concreta e que não visa a emancipação do sujeito. Diante disso, a lógica social do conceito de competência vai interessar aos membros dominantes do campo oficial de recontextualização, ou seja, o sistema do capital.

Diante da crise estrutural do capital, que passa a ser afetada de forma generalizada, embora desigual entre os países. A educação assume lugar de destaque no cenário internacional. O discurso educacional nesse cenário mistifica os reais interesses com vista a salvar o capital. Segundo Duarte (2011), o lema “aprender a aprender” entra no universo educativo a partir do relatório para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XX. Tal relatório, ficou conhecido no Brasil como o relatório Jacques Delors, então presidente da comissão. O relatório foi publicado no Brasil em 1998, divulgando a elaboração das diretrizes para a educação mundial para o próximo século. Essas diretrizes, ganharam destaque ao apresentar os quatro pilares da educação para o novo século, conhecidos como: aprender a viver juntos, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a ser. Nesse sentido, podemos destacar que esse discurso educacional não se apresentou de forma neutra, conforme afirmação:

Seria ilusório acreditar que o sistema capitalista iria propor qualquer medida, seja ela política ou econômica, que vá beneficiar majoritariamente a classe trabalhadora. A educação proposta pelo relatório da Unesco, na verdade é uma proposta de educação exclusiva para a classe trabalhadora dos países periféricos, com a finalidade de adequá-la às exigências do capital internacional. O capital é incontornável e usará de todas as artimanhas necessárias para a sua perpetuação. (CARDOSO, et al. p. 13).

Esse relatório trouxe o revigoramento das pedagogias das competências amplamente difundida no cenário educacional contemporâneo, marcado principalmente pela presença das pedagogias do “aprender a aprender”. Esses ideários pedagógicos trazem uma concepção de ensino e de educação que mistificam o seu papel enquanto pedagogias que estão fortemente atreladas aos interesses do sistema do capital e a manutenção da ordem social vigente.

De acordo com Duarte (2011) o lema “aprender a aprender” é marcado por posicionamentos valorativos que caminham na contramão de uma concepção de educação democrática com vista a emancipação humana. Esses posicionamentos valorativos descaracterizam a importância do papel do professor no processo de ensino e aprendizagem do aluno, menosprezam a importância do conhecimento científico como uma cultura universal, subjugam a função social da escola como socializadora de uma cultura universal, em detrimento a uma concepção pautada exclusivamente na assimilação de competências e habilidades.

Dentro da lógica do “lema aprender a aprender” o professor é descaracterizado e desprovido da sua função principal de transmitir o conhecimento elaborado para as futuras gerações. As concepções defendidas pelas pedagogias do “aprender a aprender”, defende o discurso que, para se construir uma aprendizagem significativa, o indivíduo precisa aprender de forma autônoma e independente. Para isso, caberia aos indivíduos aprender os meios de buscar e produzir os próprios conhecimentos, ou seja, “aprender a aprender”. Sendo assim, caberia ao professor o papel secundário de facilitar a assimilação pelos indivíduos, das competências necessárias para que esses possam buscar o conhecimento sozinho. Diante disso, não caberia mais ao professor o papel central de transmitir os conhecimentos concretos as futuras gerações, passando a assumir o papel de agente mediador no processo educativo.

Ao contrário dessa perspectiva, de enaltecer o aprendizado fruto do aprender sozinho, em detrimento da valorização do aprendizado decorrente da transmissão do ensino, da socialização do conhecimento pelo professor. Duarte (2008) defende ser impossível uma educação que contribua de forma efetiva para garantir a autonomia intelectual do indivíduo sem o papel importante do professor como o responsável principal pela transmissão do conhecimento elaborado, da socialização do mais alto nível de conhecimento produzido e acumulado historicamente pelos indivíduos. Para o autor, a finalidade maior da educação é garantir que todos os sujeitos tenham acesso aos mais elevados níveis de conhecimentos já produzidos pela humanidade.

Segundo Duarte (2021), as pedagogias do “aprender a aprender” menosprezam a importância do conhecimento científico. Para as pedagogias do “aprender a aprender” o conhecimento é relativo, o conhecimento é subjetivo, o conhecimento encontra-se em constante mudança. Sendo assim, seria mais importante na lógica do lema “aprender a aprender” o aluno aprender a buscar sozinho os meios para construir o próprio conhecimento, buscar os meios para obter as informações necessárias para chegar aos conhecimentos, sem a intermediação do professor. Sendo assim, para as pedagogias do “aprender a aprender” o método para se chegar

ao conhecimento é mais importante do que propriamente se apropriar dos conhecimentos já elaborados e produzidos pela história. Diz Duarte:

O mencionado posicionamento valorativo contido no lema “aprender a aprender”, que consiste em supervalorizar o método de conhecimento em detrimento do conhecimento como produto, articula-se também à ideia de que uma educação democrática não poderia privilegiar uma determinada concepção ideológica, política etc. uma educação democrática seria uma educação relativista. (DUARTE, 2011, p.42).

Na perspectiva das pedagogias do “aprender a aprender”, Duarte (2011) afirma que a escola é descaracterizada do seu caráter primordial de socialização do conhecimento objetivo, do conhecimento verdadeiro, do conhecimento que segundo Saviani (2021d), permite aos indivíduos conhecer a realidade concreta para transformá-la, permitindo-os avançar do nível do senso comum a consciência filosófica. Esse princípio valorativo de relativizar a importância do conhecimento científico assumido pelas pedagogias do “aprender a aprender” retira da escola sua função primordial.

Para o lema “aprender a aprender”, os indivíduos devem se preocupar em se adaptarem aos novos conhecimentos produzidos pelas mudanças tecnológicas no cenário pós-moderno da sociedade vigente. Nesse sentido, as pedagogias do “aprender a aprender” interessam bem ao capital na manutenção da sua reprodução, pois impedem a socialização dos conhecimentos de forma democrática.

Para Duarte (2013), essas pedagogias do “aprender a aprender” e suas múltiplas variações como o construtivismo, multiculturalismo, pedagogia do professor reflexivo, pedagogia das competências e o neotecnicismo são pedagogias que estão vinculadas ao universo pós-moderno e neoliberal. Suas influências estão presentes nos currículos escolares brasileiros, caracterizados pela desvalorização das disciplinas clássicas, dos conhecimentos teóricos e no pensamento abstrato nas formações das futuras gerações.

Outro princípio, importante para as pedagogias do “aprender a aprender” diz respeito ao interesse do aluno. Para essas pedagogias, o processo educativo deve se fundamentar pelos interesses dos alunos, ou seja, os alunos têm total liberdade para escolherem o que querem aprender e como querem aprender. Diante disso, caberia ao professor um papel de orientador, de facilitador para que o aluno chegue no destino que ele próprio determinou. Dessa forma, o foco do processo educativo passa ser o interesse do aluno. Conforme afirma Duarte (2011,

p.46), “Trata-se ser do princípio segundo o qual a atividade do aluno, para ser verdadeiramente educativa, deve ser impulsionada e dirigida pelos interesses e necessidades da própria criança.”

Nessa perspectiva defendida pelo lema “aprender a aprender”, ao qual o processo educativo deve se pautar nos interesses e necessidades dos alunos, trata-se de mais uma maneira pela qual a escola é descaracterizada do seu papel. Que segundo Saviani (2021b), seria de socializadora dos conhecimentos sistemáticos mais elevados, entendidos aqui, como os conhecimentos clássicos já produzidos pela humanidade ao longa da sua história. Dessa forma, delegar a responsabilidade sobre o currículo escolar para os alunos não corresponde a democratização do ensino, pelo contrário, se trata de uma forma de privatização do ensino, de negação dos conhecimentos para as futuras gerações, principalmente da classe trabalhadora.

Segundo Saviani (2021b), permitir que o aluno tenha acesso somente a conhecimentos que estejam relacionados a seus interesses e realidade ao qual estejam inseridos, o impede de avançar do conhecimento empírico para o conhecimento concreto. Sendo o conhecimento empírico estar relacionado aquele conhecimento que ele já dispõe no seu meio social, e o conhecimento concreto seria aquele que o aluno não dispõe no seu cotidiano, mas que se trata de um conhecimento mais elaborado que permitirá o aluno sair do nível do senso comum, que permita a ele perceber a sua realidade para transformá-la e não para reproduzi-la. O conhecimento concreto se trata de um conhecimento mais elaborado, um conhecimento científico que amplia as possibilidades de atitude do sujeito sobre o meio ao qual esteja inserido.

As pedagogias do “aprender a aprender”, enquanto políticas neoliberais de socorro ao capital em crise, fazem um esforço orquestrado de evitar ao máximo que a classe trabalhadora tenha acesso aos conhecimentos elaborados, e assim, desenvolvam um pensamento crítico revolucionário. A educação no sistema capitalista estar a serviço da permanência e não da superação desse sistema social dualista. Afirma Duarte:

O lema “aprender a aprender”, ao contrário de ser um caminho para a superação do problema, isto é, um caminho para uma transformação plena dos indivíduos, é um instrumento ideológico da classe dominante para esvaziar a educação escolar destinada à maioria da população enquanto, por outro lado, são buscadas formas de aprimoramento da educação das elites. (DUARTE, 2011, p.9)

Outro princípio valorativo contido nas pedagogias do “aprender a aprender” diz respeito a adaptabilidade do indivíduo. Segundo Duarte (2011) o lema “aprender a aprender” descaracterizam o papel da escola ao defender que o papel principal da escola é preparar os indivíduos para se adaptarem as constantes mudanças ocorridas na sociedade. Para essa

pedagogia é necessário que os indivíduos sejam criativos, flexíveis, autônomos, e estejam aptos a acompanharem as constantes transformações ocorridas na sociedade vigente.

Nessa perspectiva defendida pelas pedagogias do “aprender a aprender”, na qual a sociedade encontra-se em constante processo de mudança, e que os conhecimentos para terem importância educativa precisam ser flexíveis e relativos. Essa flexibilidade, atribuída aos conhecimentos que devem ser ensinados na escola, atribui aos conhecimentos científicos um fenômeno que Duarte (2011) chama de obsolescência programada dos conteúdos. Dessa forma, o conhecimento vira mercadoria e vai perdendo o seu valor, o mesmo ocorre com as mercadorias no sistema sociometabólico do capital.

Nessa perspectiva, as pedagogias do “aprender a aprender” carregam um discurso bastante proferido no cenário atual, ao qual os sujeitos devem ser livres para exercer a sua criatividade. Esse mesmo discurso, mascara que essa liberdade não passa de uma ilusão ideológica, pois o sujeito não pode ser livre se ele não tem acesso a conhecimentos que lhe permita construir um pensamento crítico sobre a sua realidade social, com vista a superá-la. Essa criatividade proferida pelas pedagogias do “aprender a aprender” limitam os indivíduos a serem criativos para se manterem dentro do sistema social vigente, não lhes permitindo nenhuma possibilidade de criatividade com vista a uma mudança radical da sociedade, ao contrário, criatividade atrelada aos interesses do capital.

O professor, dentro da concepção das pedagogias das competências é constantemente avaliado para se adaptar as novas competências exigidas no exercício da sua profissão docente. O professor nessa desconfiguração do exercício do seu papel social, precisa formar indivíduos que se adaptem a uma sociedade comandada pelo mercado. Adaptação, se trata do conceito chave das pedagogias do “aprender a aprender”. Essas pedagogias hegemônicas atuam no sentido de fortalecer e reproduzir a sociedade capitalista. São pedagogias que carregam uma concepção de ensino e de formação amplamente afinadas com a lógica do capital.

Dessa forma, vimos que as pedagogias das competências e suas variantes como as pedagogias do “aprender a aprender” se configuram como pedagogias adaptativas dos indivíduos. Essas pedagogias adaptativas, representam o próprio capital em crise se apropriando do campo educacional para impor a sua lógica destrutiva. Uma lógica da conformação do indivíduo, da aceitação do sujeito as normas do capital, além de adaptar o futuro trabalhador aquilo que o mercado de trabalho exigir dele. Duarte (2011, p.49) afirma “o lema “aprender a aprender” aparece assim na sua forma mais crua, mostra assim seu verdadeiro núcleo fundamental: trata-se de um lema que sintetiza uma concepção educacional voltada para a formação da capacidade adaptativa dos indivíduos”.

Segundo Duarte (2011), as pedagogias do “aprender a aprender” se articulam com a ideologia dominante, constituída por uma mistura de ideias neoliberais e pós modernismo. Essas pedagogias apresentam a ausência da perspectiva de superação do modo de produção capitalista. Suas posições não ultrapassam os limites impostos por uma estrutura social na qual a base determinante é da lógica econômica capitalista.

As pedagogias hegemônicas do “aprender a aprender” se encontram a serviço do projeto do capital, e tem o papel de reproduzir a sociedade de classes característica da ordem vigente. Transformando a escola como diz Saviani (2021d) em um aparelho ideológico do Estado, cuja função é apenas reproduzir, adaptar a sociedade e reproduzir as contradições. O modelo educacional do capital representa uma escola dualista. Tem o compromisso de manter o pensamento da classe trabalhadora no nível do senso comum, do pragmatismo, do utilitarismo. Afirma Duarte (2011, p.8).

É preciso manter a população em níveis intelectuais que permitam o controle de suas necessidades e aspirações e, por outro lado, é preciso fornecer a uma parcela da população, uma educação de um nível intelectual mais elevado e mais complexo, que permita a reprodução da força de trabalho, além, é claro, da necessidade de formação altamente qualificada das elites intelectuais que têm a tarefa de tentar gerenciar o processo econômico e político do capitalismo contemporâneo.

Segundo Duarte (2011), a ideologia neoliberal fruto do capital em crise, é uma visão de sociedade que coloca o capital, o mercado acima da sociedade. Defende um discurso ideológico que enaltece o sistema capitalista, proferindo que essa ordem vigente nunca será mudada, que não há como pensar em outra forma de sociedade, que não há alternativas. Defende o aprisionamento eterno dos indivíduos a sociedade capitalista. Para legitimar seus objetivos o capital vem se apropriando do campo educacional para reproduzir e reforçar os seus interesses.

O discurso neoliberal do capital mistifica seus interesses e prega a defesa de uma sociedade, na qual o indivíduo seja livre. No entanto, essa tal liberdade do indivíduo só seria efetivada se o mercado também for livre. É preciso romper as barreiras que impedem a livre circulação do capital. Nesse caso, o discurso neoliberal esconde a sua essência, pois ao defender a liberdade individual, ele nega ao indivíduo a liberdade de se pensar em outra forma de sociedade que não seja a sociedade capitalista.

Nesse sentido, a liberdade proferida pelo discurso neoliberal, se trata de uma liberdade adaptativa do sujeito. O discurso neoliberal traz a defesa do sujeito criativo. Nesse discurso, o

indivíduo deve ser criativo, mas esconde que essa criatividade se limita aos interesses do capital. É negado ao indivíduo uma forma de criatividade fundamental para a classe trabalhadora, uma criatividade que permita ao indivíduo conhecer a realidade concreta das relações sociais que produzem a sociedade vigente. Sendo assim, no discurso neoliberal de liberdade, esconde que os indivíduos são livres dentro do limite do capital.

Diante disso, vimos que o capitalismo é uma forma de sociedade sem sustentabilidade para a classe trabalhadora, pois aprofunda drasticamente as muitas formas de violência, opressão e desigualdades entre os seres humanos. O discurso neoliberal propaga uma visão de sociedade capitalista eterna. Esse discurso intencional tem o objetivo de evitar que a classe trabalhadora possa juntar esforços para mudá-la. Se trata de um dos subterfúgios do capital para adaptar os indivíduos a ordem vigente.

O modelo educacional defendido pelo capital, representa uma escola dualista. Tem o compromisso de manter o pensamento da classe trabalhadora no nível do senso comum, do pragmatismo, do utilitarismo. Para isso, o capital defende uma escola fundamentada nas pedagogias das competências do “aprender a aprender”, esvaziando a escola dos conhecimentos clássicos, dos conhecimentos que possibilitaria a construção crítica dos sujeitos perante as relações sociais vigentes. Permitindo assim, uma escola que possibilite o mínimo de conhecimento necessário para que a classe trabalhadora continue contribuindo para o crescimento do capital. Entretanto, oportuniza os conhecimentos mais elaborados para a elite capitalista continuar como classe dominante.

Desse modo, o discurso neoliberal, conforme Duarte (2011), é um terreno fértil para todo tipo de obscurantismo, existe um esforço orquestrado para manter as pessoas aprisionadas ao desconhecimento do que é a realidade, ao desconhecimento da dinâmica, das forças essenciais que mantêm essa realidade. Somos formados para reproduzir o capital. Sendo que a razão humana não dá conta de compreender esse obscurantismo neoliberal que é defendido pela sociedade neoliberal. Segundo o autor, o obscurantismo beligerante faz parte da irracionalidade do capitalismo contemporâneo. Precisamos cultivar nas escolas uma cultura contrária ao obscurantismo beligerante, e isso só será possível com um trabalho revolucionário contra a doutrinação neoliberal. Para formar as novas gerações é preciso confrontar essa ideologia mistificada e irracionalista propagada pelo neoliberalismo.

Nesse sentido, podemos constatar que por intermédio das concepções das pedagogias do “aprender a aprender” o capital vai se apropriando do discurso educacional. Esse discurso

carrega uma doutrinação ideológica muito forte do capital, que vem sendo impregnada até na subjetividade dos sujeitos. Por meio das competências emocionais tão difundidas no universo educacional, o capital vai dominado o sujeito, apropriando-se da sua subjetiva, da sua identidade, da própria alma do indivíduo. Dessa forma, as políticas educacionais amparadas pelo capital provocam danos irreparáveis e impedem a classe trabalhadora de desenvolver um pensamento crítico-revolucionário diante desse aprisionamento imposto pelo capital.

Diante desse cenário, o capital se apropria do discurso educacional e passa a ditar os rumos da educação, principalmente da formação de professores. Esses ditames do capital se encontram fundamentados nas políticas educacionais vigentes, principalmente nas políticas de formação continuada, como ocorre no documento da Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC- Formação Continuada).

3.2 BNC – Formação Continuada: consolidação das pedagogias do “aprender a aprender”

Atualmente, as pedagogias do “aprender a aprender” se manifestam no campo da formação docente, especificamente no campo da formação continuada de professores. Essa manifestação ocorre por intermédio do documento que atualmente estrutura a formação continuada de professores. Esse documento se trata da Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC- Formação Continuada). Faremos a seguir uma breve análise do documento da (BNC-Formação Continuada) e sua articulação com as pedagogias do “aprender a aprender”.

A BNC – Formação Continuada se trata de um documento norteador da Política Nacional de Educação que corresponde as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores. Esse documento entrou em vigor a partir da sua publicação conforme a Resolução do Conselho Nacional de Educação publicada em 27 de outubro de 2020 (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020).

O documento da BNC-Formação Continuada deve ser implementado em todas as modalidades dos cursos e programas destinados à formação continuada de Professores da Educação Básica. Esse documento tem como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e pela Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores

da Educação Básica (BNC-Formação), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. A (BNC-Formação Continuada) dispõe de um prazo limite de até dois anos para ser implantada nos programas de formações continuadas de professores.

A BNC- Formação Continuada é composta na sua estrutura por competências profissionais que correspondem as competências gerais. Essas competências gerais se dividem em três eixos fundamentais que correspondem as competências específicas. Esses três eixos funcionam de modo interdependente, que se articulam, se integram e se completam na formação docente. Esses três eixos fundamentais são, respectivamente, o eixo do conhecimento profissional que corresponde ao currículo específico que o professor deve dominar na sua área de atuação; o eixo da prática profissional que corresponde ao conhecimento da didática que o professor deve dominar para ensinar os conteúdos da sua área de atuação; e o eixo do engajamento profissional, que corresponde a formação profissional que o professor deve buscar para desenvolver os eixos anteriores com competência.

Vale ressaltar que essas competências profissionais estão articuladas e correspondem as mesmas competências gerais presentes no documento norteador da (BNC – Formação Inicial). As competências gerais que compõem o documento da BNC-Formação Continuada têm como objetivo principal o desenvolvimento de competências complexas para a ressignificação de valores fundamentais na formação de profissionais autônomos, éticos e competentes.

O primeiro eixo fundamental da BNC-Formação Continuada corresponde ao conhecimento profissional. Esse eixo estabelece as competências específicas necessárias para que os professores possam dominar os conteúdos das disciplinas ou áreas de conhecimento em que atuam, além de possibilitar o conhecimento sobre a sua lógica curricular. Dominar as competências gerais de aprendizagem da disciplina ou da área de conhecimento em que atua.

De acordo com o eixo do conhecimento profissional, os professores precisam desenvolver as competências específicas, visando estabelecer uma relação dos conteúdos que ensina com o contexto no qual o aluno está inserido, além de identificar as habilidades dos alunos para poder potencializá-los, de acordo com as necessidades dos mesmos e seus interesses educativos. Diante disso, podemos destacar aqui uma aprendizagem voltada, exclusivamente, para a prática, para a realidade empírica em que trata de uma formação que não tem interesse de possibilitar aos professores conhecimentos que permitam ampliar sua consciência filosófica para além do senso comum.

Segundo Saviani (2021d), a educação precisa ver o sujeito como um indivíduo concreto e não como indivíduo empírico. Quando a educação percebe o sujeito como indivíduo empírico vai oferecer somente os conhecimentos necessários correspondentes aos seus interesses relacionados ao seu contexto empírico, ou seja, não é oferecido ao sujeito conhecimentos que possa levá-lo a pensar para além da sua realidade empírica, para além da sua prática, contribuindo assim, para uma perpetuação da realidade empírica do indivíduo. Entretanto, quando a educação percebe o sujeito como indivíduo concreto, ela vai oferecer conhecimentos que possibilite o sujeito pensar para além da sua realidade empírica, para além do senso comum.

De acordo com Saviani (2021d) a educação deve perceber o sujeito enquanto indivíduo concreto, oferecendo conhecimentos que o indivíduo não tenha acesso na sua realidade cotidiana, favorecendo assim, para uma educação que amplie as possibilidades de consciência do sujeito, amplie as possibilidades de o indivíduo transformar a sua realidade social e não somente reproduzi-la. Conforme Saviani (2013), uma educação que perceba o professor enquanto indivíduo concreto vai favorecer uma formação que permita ao professor sair do senso comum e elevar a sua consciência filosófica.

Desse modo, podemos afirmar que a BNC-Formação continuada ao perceber o professor como indivíduo empírico se configura como um documento alinhado aos interesses do capital em crise. O sistema capitalista para continuar existindo em meio a uma crise estrutural do capital, precisa que a educação continue reproduzindo a manutenção da sociedade vigente. A educação contribui para essa manutenção conforme contribui para uma formação empírica do professor, ou seja, uma formação que esconde as contradições e as relações existentes na sociedade do capital.

O segundo eixo fundamental da BNC-Formação Continuada corresponde ao conhecimento da prática profissional. Esse eixo se subdivide em prática profissional pedagógica e prática profissional institucional. Ambos os eixos estabelecem as competências específicas necessárias para que os professores possam dominar a prática profissional referente aos aspectos didáticos e pedagógicos, além da prática profissional referente ao processo organizacional das instituições.

De acordo com eixo da prática profissional, os professores precisam desenvolver competências específicas para favorecer o planejamento do ensino com base em estratégias pedagógicas diversificadas, recursos digitais e tecnológicos, além de ferramentas pedagógicas diferenciadas, visando assim, facilitar uma mediação entre os conteúdos, os alunos e o contexto social ao qual estejam inseridos. Desse modo, podemos destacar aqui uma educação bastante caracterizada pelas pedagogias do “aprender a aprender” que, segundo Duarte (2008),

descaracteriza o papel fundamental do professor enquanto profissional responsável pela transmissão dos conhecimentos elaborados pela humanidade. Trata-se de uma educação que percebe o professor como mediador, priorizando a aquisição pelos alunos dos métodos para se chegar ao conhecimento em detrimento da própria aquisição do conhecimento. Dessa forma, fica evidente que o importante é “aprender a aprender”.

O terceiro eixo fundamental da BNC-Formação Continuada corresponde ao conhecimento do engajamento profissional. Esse eixo estabelece as competências específicas necessárias para que os professores possam desenvolver um comportamento profissional comprometido com a sua profissão docente, com as suas atribuições, com as suas responsabilidades, além do pleno exercício da sua função conforme estabelece o documento formativo da BNC-Formação Continuada.

De acordo com o proposto no eixo do engajamento profissional, os professores devem desenvolver competências específicas que favoreçam conhecer as políticas da instituição de ensino, permitindo assim, uma análise crítica da realidade de sua instituição escolar de ensino à luz das políticas educacionais vigentes. É permitido ao professor buscar propostas para o aprimoramento do seu aprendizado profissional de acordo com a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores (BNC-Formação Continuada). Portanto, podemos destacar aqui uma formação alinhada as perspectivas de criatividade e liberdade defendidas pelas pedagogias do “aprender a aprender.”

Segundo Duarte (2011), as pedagogias do “aprender a aprender” carregam um discurso na defesa dos indivíduos criativos, livres e autônomos. Entretanto, não passa de um discurso ilusório, pois não é livre quem tem um conhecimento limitado. Entretanto, podemos afirmar que se trata de uma criatividade para se manter livre dentro dos limites impostos pelos interesses do capital. A mesma ilusão ocorre no discurso proferido pelo eixo do engajamento profissional, cujo professor é livre para exercer sua criatividade profissional dentro dos limites das políticas educacionais vigentes, principalmente dentro dos limites da BNC-Formação Continuada.

De acordo com Duarte (2011), as pedagogias do “aprender a aprender” são concepções pedagógicas atreladas as pedagogias das competências tão difundidas no cenário atual. Essas concepções pedagógicas por estarem comprometidas a formar indivíduos adaptados acabam por servirem aos interesses do capital. As pedagogias do “aprender a aprender” são pedagogias voltadas para uma formação adaptativa do sujeito. Portanto, a BNC – Formação Continuada alinhada as pedagogias do “aprender a aprender” correspondem a um projeto de formação

docente que visa formar indivíduos adaptados, acríticos e resilientes para viver em harmonia com a sociedade capitalista.

Nesse sentido, podemos afirmar que o documento da BNC-Formação Continuada na qual se estrutura fundamentalmente por competências e habilidades, configura-se como um documento norteador da formação continuada dos professores que revigorou os ideários pedagógicos das pedagogias do “aprender a aprender” originados pelo movimento da Escola Nova. Esses ideários pedagógicos marcados pela descaracterização do papel do professor, da desvalorização do conhecimento objetivo e da formação de sujeitos adaptados, serviram como uma mão na roda do capital em crise. Consequentemente, podemos afirmar que a BNC-Formação Continuada representa a materialização da crise estrutural do capital.

Assim, constata-se que a política de formação continuada de professores vem sofrendo, atualmente, uma tendência que aponta para a consolidação das pedagogias do “aprender a aprender”. Essa consolidação houve um fortalecimento com a sistematização da BNC-Formação Continuada, que vem se espalhando nos cursos, nos programas de formação continuada e nos documentos norteadores das políticas de formação continuada dos professores da educação básica.

3.3 A política de formação continuada de professores do município de Fortaleza: uma análise crítica das “Orientações Gerais para o Desenvolvimento do Trabalho Pedagógico no ensino fundamental 2023”

A secretaria Municipal de Educação de Fortaleza divulga de forma pública, no site institucional a partir do dia 25 de janeiro de 2023 o documento intitulado “Orientações Gerais para o Desenvolvimento do Trabalho Pedagógico do ensino fundamental 2023”. Se trata de um documento norteador das práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito escolar. O documento é constituído por tópicos que traz informações gerais sobre o ensino fundamental, a organização escolar e as ações pedagógicas desenvolvidas pelos professores e gestores no ambiente escolar.

A minha primeira categoria de pesquisa nesse documento foi a categoria formação. Identifiquei depois dessa busca que o documento apresenta um tópico que trata, especificamente, de formação. E que esse tópico é constituído de quatro subtópicos que são: Formação continuada para professores; Formação nos polos; Formação no contexto da escola e Formação continuada

para coordenadores pedagógicos. Dos quartos subtópicos, três abordam a formação continuada de professores, que se trata da minha segunda categoria de pesquisa, ou seja, do delineamento da minha pesquisa.

De acordo com o documento “Orientações Gerais para o Desenvolvimento do Trabalho Pedagógico do ensino fundamental 2023”, a formação continuada dos professores acontece em dois momentos distintos que se integram, articulam-se e se complementam. Esses dois momentos da formação continuada se dividem em formação nos polos sob a supervisão e orientação dos técnicos e formadores da Secretaria Municipal de Fortaleza. O outro momento da formação acontece em contexto no ambiente escolar sob a supervisão e orientação do coordenador pedagógico. Ambas as formações compõem o sistema de formação continuada dos professores da rede de Fortaleza.

Após identificar esses três subtópicos que versam sobre a formação continuada dos professores, desenvolvemos uma análise desses subtópicos, visando identificar os fundamentos que norteiam a formação continuada dos professores da rede municipal de ensino de Fortaleza voltadas para o público do ensino fundamental. Nota-se no documento uma relação de total dependência com a BNC- Formação Continuada, conforme o texto seguinte:

A formação da Rede, corroborando com os documentos orientadores da educação e com o favorecimento do pleno desenvolvimento dos estudantes, segundo a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2020), desenvolve três dimensões substanciais na ação docente no que concerne à Educação Básica: a) conhecimento profissional: conhecer os estudantes e como eles aprendem, conhecer o conteúdo e como ensiná-lo; b) prática profissional: planejar e viabilizar estratégias para tornar o ensino e a aprendizagem efetivos, criar e manter ambientes de aprendizagem solidários e seguros, avaliar, dar devolutivas e registrar a aprendizagem dos alunos; c) engajamento profissional: engajar-se na aprendizagem profissional e engajar-se profissionalmente com alunos, famílias e comunidade escolar. (FORTALEZA, 2023, p.27-28).

O objetivo principal da formação de professores apresentado pelo documento do município de Fortaleza se limita a promover a formação continuada dos professores da rede segundo as mesmas orientações da Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC - Formação Continuada). Diante dessa afirmação exposta no próprio documento do município e conforme as análises feitas sobre o documento norteador da BNC-Formação Continuada podemos constatar aqui, que o documento do município de Fortaleza em conformidade com a BNC -Formação Continuada encontrasse alinhado as pedagogias do “aprender a aprender”.

Visto que essas pedagogias do “aprender a aprender” já foram constatadas em análise anterior feita a partir do documento da BNC- Formação Continuada. Podemos afirmar que o documento de Orientações Gerais do município de Fortaleza está em conformidade com as pedagogias do “aprender a aprender”. Nesse sentido, podemos evidenciar que o documento do município de Fortaleza se trata de um documento que reproduz as mesmas concepções equivocadas da função social da escola, da função social do papel do professor e da importância da transmissão do conhecimento científico no processo de aprendizagem dos indivíduos.

Segundo o documento orientador do município de Fortaleza, as formações continuadas dos professores devem se estruturar com base nos componentes curriculares da Base Nacional Comum (BNCC). Isso demonstra que o currículo da (BNCC) corresponde aos saberes necessários à atividade docente, e que esses saberes devem ser aprimorados pela formação continuada de professores. Diante disso, podemos destacar que se trata de um documento que apresenta uma visão reducionista, pragmática e fragmentada da formação de professores.

Conforme Saviani (2021d), o professor não deve ser visto como um indivíduo empírico, fragmentado, ignorando nas suas relações sociais. O professor deve ser visto como um indivíduo concreto, no qual está inserido num contexto social amplo, além das suas relações práticas cotidianas. O professor sofre as múltiplas determinações do meio social ao qual está inserido, entretanto, num processo dialético, o professor também passa a influenciar esse meio social, embora com menor intensidade. Portanto, a formação docente deve oferecer aos professores uma formação com uma visão ampla do sujeito, para além das suas necessidades cotidianas.

O documento orientador do município de Fortaleza, ao alinhar a formação continuada dos professores da rede aos mesmos objetivos propostos pela política da BNC- Formação Continuada oferece aos professores uma formação esvaziada de conhecimentos objetivos, que favorecem aos professores a construção de um pensamento abstrato, crítico e, para além da prática, das aparências. Configura-se como um projeto de formação voltado para a mera adaptação do indivíduo, impedi-os de desenvolver uma compreensão mais ampla dos processos mais profundos que movem as contradições da realidade do capital em crise. Afirma Duarte:

Para a reprodução do capital torna-se hoje necessário, como foi visto, uma educação que forme os trabalhadores segundo os novos padrões de exploração do capital. Ao mesmo tempo, há a necessidade, no plano ideológico, de limitar as expectativas dos trabalhadores em termos de socialização do conhecimento pela escola, difundido a ideia de que o mais importante a ser adquirido por meio da educação não é o conhecimento, mas sim a capacidade de constante adaptação às mudanças no sistema produtivo. (DUARTE, 2011, p.55)

Segundo o documento do município de Fortaleza, a concepção de professor é pautada no professor como agente transformador que ressignifica suas práticas e possibilita a transformação daqueles com quem constrói relações. Tal concepção se mostra muito esvaziada de sentido, sem fundamentação teórica sobre a natureza e a especificidade do papel do professor. Saviani (2021d, p.13) afirma “o trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelos conjuntos dos homens.” A priori, o ato de ensinar se configura como um trabalho educativo, um trabalho não material que produz e reproduz elementos culturais que serão incorporados pelos indivíduos no processo educativo para que de posse desses elementos culturais os indivíduos possam construir sua segunda natureza. Nesse sentido, o professor está longe de ser um mediador no processo educativo, ao contrário, o professor produz e transmite conhecimento no exercício do seu trabalho educativo.

Vimos que a crise estrutural do sistema capitalista vai impulsionando o interesse do capital por outros setores da sociedade buscando alternativas para continuar sobrevivendo em meio a sua crise estrutural. Desse modo, o capital se infiltra no campo da educação, especificamente, no campo da formação docente por intermédio da sistematização das políticas educacionais, principalmente das políticas de formação de professores. Dentre essas políticas, podemos destacar a recente implantação da Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC- Formação Continuada). Essa política de formação continuada interfere diretamente nos documentos norteadores das formações continuadas dos professores de forma generalizada. Tal influência é percebida diante da estruturação do documento norteador “Orientações Gerais para o Desenvolvimento do Trabalho Pedagógico do ensino fundamental 2023” do município de Fortaleza.

Diante dos elementos expostos, podemos constatar a presença da influência da crise estrutural do capital na fundamentação do documento “Orientações Gerais para o Desenvolvimento do Trabalho Pedagógico do ensino fundamental 2023” do município de Fortaleza. O discurso mistificador do capital se apropria de forma sutil, por intermédio das políticas de formação continuada dos professores, apropriando-se do discurso pedagógico para continuar impondo a sua lógica destrutiva e reproduzindo as desigualdades sociais, características da sociedade capitalista.

Em detrimento de uma formação continuada alinhada ao projeto do capital, Saviani (2021d), defende uma formação que veja o professor como professor concreto, levando conhecimentos teóricos que favoreçam ao professor refletir de forma mediada a sua prática

pedagógica, fazendo com que o professor queira mudar a sua prática, queira mudar sua realidade social e não apenas reproduzir o seu contexto social. Uma formação que não esteja atrelada aos interesses do capital em reproduzir seu próprio sistema. Nesse sentido, a pedagogia histórica-crítica é apontada pelo autor como uma formação crítico revolucionária contra hegemônica que, segundo seus fundamentos, possibilita ao professor sair do senso comum e ampliar sua consciência filosófica.

4 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o produto educacional vinculado à presente pesquisa do Curso de Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente do Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente. Como resultado das leituras realizadas com base no levantamento bibliográfico da pesquisa desenvolvida ao longo do curso no período de 2022 e 2023, foi pensado e elaborado um conteúdo digital (Ebook) sobre as pedagogias das competências, principalmente as pedagogias do “aprender a aprender”. Nosso propósito é oferecer aos professores uma aproximação crítica das principais concepções que embasam essas correntes pedagógicas amplamente dominantes no cenário atual.

De acordo com Duarte (2011) o lema “aprender a aprender” é marcado por posicionamentos valorativos que caminham na contramão de uma educação democrática com vista a emancipação humana. Os posicionamentos valorativos que caracterizam essas concepções pedagógicas são marcados por discursos que descaracterizam a importância do papel do professor no processo de ensino e aprendizagem do aluno, menosprezam a importância do conhecimento científico como uma cultura universal da humanidade, subjugam a função social da escola como socializadora de uma cultura universal, em detrimento da mera assimilação de competências e habilidades.

Dessa forma, o produto educacional foi elaborado visando instigar um pensamento crítico-dialético aos professores frente aos novos ideários pedagógicos fundamentados em competências e habilidades que estruturam as políticas de formação continuada dos professores da educação básica. Nosso propósito é contribuir para que os professores possam lutar por uma formação continuada que perceba o professor como professor concreto e não como professor empírico, uma formação que permita aos professores elevar sua consciência filosófica para que possam ampliar sua visão crítica diante das pedagogias neoliberais que permeiam o universo do campo educacional vigente.

Nessa perspectiva, para melhor oferecer uma compreensão crítica sobre as concepções pedagógicas do “aprender a aprender”, percorremos um percurso metodológico com base nos fundamentos do materialismo histórico-dialético que, segundo Tonet (2013), nos permitiu produzir um conhecimento verdadeiro a partir da compreensão da realidade concreta, sua natureza, sua origem, sua função social e das suas determinações que a realidade concreta impõe

aos indivíduos. Possibilitando uma produção de conhecimento verdadeiro, que permita unir forças para empoderar a classe trabalhadora na luta hegemônica por uma nova sociedade, objetivando superar o modelo de divisão de classes e traçando caminhos para chegar à igualdade substantiva do sujeito.

Vale ressaltar que, diante dessa crise estrutural do capital, ao qual Mészáros (2011) afirma, que o capitalismo se encontrou com seus limites absolutos, mostrando-se como um sistema social sem sustentabilidade. Para continuar encobrindo a crise, o capital faz uso de todos os seus subterfúgios para evitar a sua bancarrota e continuar perdurando. Uma das inúmeras artimanhas que o capital se utiliza para evitar a sua falência é adentrando no campo da educação, principalmente no campo da formação de professores. Para melhor oferecer uma compreensão desmistificada das pedagogias dos “aprender a aprender” tomo como referencial de análise dessas, os pressupostos da teoria da pedagogia histórico-crítica, com base nos estudos de Dermeval Saviani e Newton Duarte.

O Ebook terá como título: As pedagogias do “aprender a aprender”: o canto da sereia do capital. Nesse sentido, o propósito do Ebook é favorecer uma aproximação de uma compreensão crítica sobre a articulação entre o sistema do capital em crise e as pedagogias do “aprender a aprender”. Buscando compreender como o capital se apropria do discurso pedagógico por intermédio das pedagogias do “aprender a aprender”. Desmistificando as ilusões pedagógicas proferidas pelo discurso vigente do “aprender a aprender” e como essas ilusões servem ao interesse do capital em crise.

Nesse sentido, a estruturação do Ebook ficará da seguinte forma: capa; sumário contendo: 1) apresentação; 2) contextualização histórica; 3) concepções pedagógicas das pedagogias do “aprender a aprender”; 4) presença no cenário atual (BNC- Formação continuada) 5) conclusão; 6) referências; 7) sobre a autora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A humanidade possa encontrar a unidade que precisa para a sua simples sobrevivência.” (MÉSZÁROS, 2011, p.48)

Nosso objetivo ao longo desse estudo foi buscar compreender como o movimento da crise estrutural do capital passou a influenciar no campo da educação, especificamente, no campo da formação de professores. Percorrendo um caminho metodológico que permitisse compreender de forma crítica e fundamentada como funciona o sistema sociometabólico do capital e como esse sistema do capital passou a utilizar o campo da educação como um dos seus subterfúgios para continuar existindo e impondo a sua lógica destrutiva. Por intermédio da apropriação do discurso educacional, o capital passa a influenciar de forma generalizada nas políticas de formação continuada dos professores.

Nesse sentido, evidenciamos que o capitalismo ao longo da sua existência enquanto sistema social, sempre foi perpassado por crises no seu sistema. Entretanto, essas crises eram periódicas, apresentavam intervalos de tempo entre uma crise e outra. Dessa forma, permitia ao sistema do capital passar por elas sem apresentar muitos percalços. Com o passar do tempo, as crises começaram a se aproximarem, perdendo assim o seu caráter de crises periódicas e assumindo um novo caráter, de crise permanente. Essa mudança de crises periódicas do capital para crise permanente, leva o sistema do capital a maior crise da sua história, que teve início na metade do século XX e vem se alastrando até os dias atuais. A crise que o capital está travando na atualidade é conhecida como crise estrutural do capital.

Essa busca pela compreensão histórico-social da crise estrutural do capital, nos permitiu compreender o funcionamento do sistema sociometabólico do capital. O sistema capitalista enquanto sistema social do capital, surgiu com o declínio do feudalismo, com a ascensão da burguesia ao poder e com a explosão da Revolução Industrial no século XIX. O capitalismo passa a impor a sua lógica de privatização dos bens de produção pela classe dominante e de exploração da força de trabalho da classe dominada. Por intermédio da lógica alienada do trabalho assalariado, o capitalismo segue subjugando a classe trabalhadora ao sistema sociometabólico do capital.

Na busca dessa compreensão do sistema sociometabólico do capital, foi possível compreender que o sistema do capital é movido pelo valor de troca. O capital exerce uma

relação entre o valor de uso e o valor de troca das mercadorias. Entretanto, o valor de trocar se sobrepõe ao valor de uso para o capital. Sendo que o valor de uso corresponde as necessidades de primeira ordem dos indivíduos, ou seja, as necessidades vitais como a água. No entanto, o valor de uso corresponde as necessidades que não são vitais para os indivíduos, como por exemplo, um celular de última geração. Diante disso, percebemos que o sistema do capital impõe sua lógica destrutiva fabricando necessidades para os indivíduos por meio de um poder ideológico para alimentar seu sistema de acumulação e expansão do capital.

A crise estrutural do capital passa a se instaurar com a crescente queda de expansão do capital. O sistema do capital precisa estar em equilíbrio, acumulando capital e expandindo capital. O sistema do capital para se manter em equilíbrio predomina a propriedade privada dos bens para uma minoria privilegiada em detrimento da exploração de uma maioria marginalizada, além da constante destruição dos recursos naturais vitais para existência humana. Dessa forma, o capital não tem como se expandir e vai se encontrando com seus próprios limites.

Nessa perspectiva, foi possível compreender, que a crise estrutural do sistema do capital, vai movendo o interesse do capital para setores promissores da sociedade. Setores que outrora eram administrados pelo Estado, como o setor da educação. O capital encontra na educação um subterfúgio para continuar resistindo a crise e sobrevivendo em meio ao seu próprio caos. De posse do discurso pedagógico, o capital vai alinhando as políticas no campo da educação aos seus interesses, visando alternativas para sair da crise. O campo da formação de professores passa a sofrer as influências da lógica do capital a partir do revigoramento de ideários pedagógicos baseados em competências e habilidades.

Percebemos diante desse cenário de crise do capital, a busca do capital por alternativas para evitar a sua bancarrota e continuar sobrevivendo. Portanto, o capital vai se apropriando do discurso educacional para legitimar seus interesses. As políticas educacionais, principalmente, no campo da formação docente vão ser fortemente influenciadas pelas pedagogias das competências, ganhando destaque, as pedagogias do “aprender a aprender” Essas pedagogias pautadas em competências e habilidades vão corroborar com os interesses do capital e passarão desde então, a serem revigoradas pelo sistema capitalista.

Evidenciamos com o estudo realizado, que essas pedagogias do “aprender a aprender” carregam consigo um discurso de descaracterização da função social da escola, de descaracterização da formação docente, de desvalorização do conhecimento, dominam cenário

vigente no campo educacional. A política nacional de formação docente se encontra carregada desses discursos mistificados dessas pedagogias do “aprender a aprender”. Esse discurso vem influenciando de forma generalizada os documentos orientadores que norteiam a formação continuada dos professores.

Podemos destacar que o capitalismo é um sistema social sem sustentabilidade devido aos enormes problemas agravados por ele. As elites capitalistas dominantes tentam convencer a população que o capitalismo é eterno, mas a realidade fala mais alto e mostra o contrário. As políticas neoliberais tentam dar continuidade e evitar a falência do sistema, tentam manter os enormes privilégios das classes dominantes, em detrimento do aumento da exploração da classe dominada.

Diante dessa realidade, os educadores precisam se fundamentar em conhecimentos concretos, com vista a elevar sua consciência filosófica para ensinar as futuras gerações a se posicionarem contra essa realidade desumanizadora do indivíduo. A omissão vai levar a humanidade ao caos, a barbárie, a destruição ambiental. Precisamos urgente de uma proposta revolucionária, com vista a um novo modelo de sociedade, mais humanitária, com mais dignidade humana e que possa oferecer uma vida mais justa para todos.

Com base nesse estudo, podemos concluir que as concepções pedagógicas alinhadas com as pedagogias do “aprender a aprender” norteiam o documento da Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica (BNC- Formação Continuada). Sendo esse documento da política nacional, a referência teórica que vem sendo diretamente reproduzido no documento intitulado “Orientações Gerais para o Desenvolvimento do Trabalho Pedagógico do ensino fundamental 2023”. Ambos os documentos representam a materialização da crise estrutural do capital na busca por alternativas para continuar sobrevivendo.

A pesquisa evidenciou que as políticas educacionais de formação docente de âmbito nacional e do município de Fortaleza são fortemente influenciadas pelas pedagogias das competências, principalmente as pedagogias do “aprender a aprender”. Vimos que o capital se apropria do discurso educacional como mecanismo ideológico para legitimar seus interesses. Nesse sentido, as formações continuadas ofertadas aos professores da rede municipal de Fortaleza apresentam concepções pedagógicas alinhadas aos interesses do capital. São formações pautadas na construção do professor empírico, acrítico e adaptado ao projeto do capital.

Dessa forma, como os professores podem tomar posicionamentos éticos e políticos, com vista a superação dessa realidade? se os mesmos se encontram aprisionado por documentos norteadores da sua prática pedagógica, que os impedem de desenvolverem um compromisso político e uma competência técnica. Em contrapartida a essas pedagogias das competências presente no cenário educativo, Saviani (2021d) apresenta a pedagogia histórico-crítica, como uma teoria crítica revolucionária, que defende uma formação pautada na socialização dos conhecimentos científicos e filosóficos produzidos pela humanidade, como forma de elevar o nível dos educadores do senso comum para a consciência filosófica.

Para Saviani (2021d), não cabe a educação resolver problemas sociais que tem suas origens em processos sociais que extrapolam a atividade educativa. A função social da escola é contribuir para que os indivíduos de forma coletiva ou individual, por intermédio da socialização dos conhecimentos sistematizados, possam enfrentar os problemas sociais de forma crítica, compreendendo suas origens reais e buscando soluções fora da ordem vigente, com vista a uma igualdade substantiva do gênero humano.

Esperamos assim, contribuir para enfatizar a importância de uma análise crítica sobre as concepções pedagógicas adotadas nos documentos que estruturam as formações continuadas dos professores. Favorecendo a construção de uma formação continuada que seja crítica e situada socialmente. Uma formação com vista a formar um professor pesquisador e engajado na construção de um projeto educacional de emancipação humana. Em detrimento, do projeto de engajamento proposto pela BNC- Formação Continuada.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. – São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A Fábrica da Educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.

BERNSTEIN, Basil. **A pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização**. Cadernos de Pesquisa, n. 120, p. 75–110, nov. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica** (BNC - Formação Continuada - 2020). Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=164841-rcp001-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 Out, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum para a Formação inicial de Professores da Educação Básica** (BNC- Formação). Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 Out, 2022.

CARDOSO, Eugenio Alves; ALVES, Maria Aurigelina Costa; COSTA, Cássia Eufrasia da Silva; SILVA, Simone Cesar da; SILVA, Solonildo Almeida da; MOREIRA, Eugênio Eduardo Pimentel; RODRIGUES, Mídia Alves da Silva; PAIM, Igor de Moraes; TEIXEIRA, Regina Maria; COSTA, Roger Freitas da Costa. **A crise estrutural do capital e seu reflexo na formação de professores no Brasil**. Revista Caderno Pedagógico. Curitiba. v.20, n.7, p.2626-2644, abr.2023. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/issue/view/9>. Acesso em: 11 dez. 2023.

DUARTE, Newton. **Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?** : quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas- SP: Autores Associados, 2008.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “Aprender a Aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 5ªed. – Campinas- SP: Autores Associados, 2011.

FORTALEZA. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria de Ensino Fundamental. **Orientações Gerais para o Desenvolvimento do Trabalho Pedagógico do ensino fundamental 2023**. Fortaleza, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1D-CpmqHCU_ot2PJ5Z3npOsHCPaCUPQDN/view?usp=share_link. Acesso em: 25 mar. 2023.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. **Materialismo Histórico-Dialético e suas relações com a pesquisa participante: contribuições para pesquisas em Mestrados Profissionais**. Revista Anhanguera, v. 18, n. 1, p. 52–73, 2018.

LÜDKE, Mega; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 1986.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. 1ºed. – São Paulo: Boitempo, 2011b.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. *In*: NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Neoliberalismo: o capital sem controle social mínimos**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.p. 237-241.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A Origem da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum a consciência filosófica**. 19. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia no Brasil: História e teoria**. 3. ed.- Campinas – SP: Autores Associados, 2021a.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 44. Ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2021b.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 5. ed.- Campinas – SP: Autores Associados, 2021c.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. Campinas - SP: Autores Associados, 2021d.

TONET, Ivo. **Método científico: Uma Abordagem Ontológica** / Ivo Tonet. – São Paulo: Instituto Lukács, 2013.